



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

**O PAPEL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS**

FLÁVIO MARTINS DIAS

**GOIÂNIA
SETEMBRO, 2024**

FLÁVIO MARTINS DIAS

**O PAPEL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT), da Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira

GOIÂNIA
SETEMBRO, 2024

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás

D541p Dias, Flavio Martins.

O papel das políticas de desenvolvimento na formação e consolidação dos arranjos produtivos locais / Flavio Martins Dias.-- 2024.

94 f.

Texto em português, com resumo em inglês.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2024.

Inclui referências: f. 81-88.

1. Planejamento regional - Goiânia (GO). 2. Goiânia (GO) - Condições econômicas. 3. Desenvolvimento econômico - Goiânia (GO). 4. Goiânia (GO) - Política econômica. I. Vieira, Jeferson de Castro. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 27/09/2024. III. Título.

CDU: 332.14(817.3)(043)

FLAVIO MARTINS DIAS

**O PAPEL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA FORMAÇÃO E
CONSOLIDAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS**

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida e aprovada em dia 27 de setembro de 2024 pela Banca Examinadora constituída pelas docentes:

JEFERSON DE CASTRO
VIEIRA:19574614115

Assinado de forma digital por
JEFERSON DE CASTRO
VIEIRA:19574614115
Dados: 2024.09.30 08:29:36 -03'00'

Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira
Orientador / PUC Goiás



Documento assinado digitalmente
JOSE FRANCISCO DE CARVALHO FERREIRA
Data: 30/09/2024 09:15:54 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira
Examinador externo / UNIFAP



Documento assinado digitalmente
PEDRO ARAÚJO PIETRAFESA
Data: 30/09/2024 09:41:27 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Pedro de Araújo Pietrafesa
Examinador interno - PUC Goiás

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha mais profunda gratidão ao meu orientador, Dr. **Jeferson de Castro Vieira**, cuja expertise, compreensão e paciência, adicionaram uma dimensão consideravelmente maior à minha experiência de Mestrado. Sua orientação e apoio foram inestimáveis para mim durante a elaboração desta dissertação e ao longo de todo o meu percurso acadêmico.

Agradeço a todos os professores e colegas do programa de Mestrado, cujas amizades e incentivo foram um constante estímulo durante minha jornada acadêmica.

Aos meus amigos e familiares, agradeço por todo o apoio e encorajamento nos momentos de desafio e incerteza. Sua fé em minha capacidade de superar obstáculos foi uma fonte de força inesgotável.

Por fim, agradeço a todas as instituições e indivíduos que contribuíram para a realização desta pesquisa. Em especial a prefeitura de Goiânia através da Secretaria de Planejamento e Habitação do Município de Goiânia cujo apoio foi fundamental para o sucesso deste trabalho.

"O progresso é impossível sem mudança; e aqueles que não conseguem mudar as suas mentes não conseguem mudar nada."

George Bernard Shaw

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, cujo amor e apoio incondicional foram a minha força motriz durante esta jornada acadêmica. A vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

Nesta dissertação, propõe-se analisar o impacto das políticas de desenvolvimento nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiânia, Goiás. A motivação para esta pesquisa surge da necessidade de compreender as dinâmicas de desenvolvimento urbano e econômico em contextos específicos, como Goiânia, e como as políticas públicas podem moldar essas dinâmicas. O problema central da pesquisa é entender como a legislação desenvolvimentista afetou o desenvolvimento econômico de Goiânia. A justificativa para este estudo reside na ideia de que, ao entender a relação entre planejamento estatal e desenvolvimento regional, podemos contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A metodologia adotada combina o método histórico, que busca entender a influência do passado na sociedade atual, com uma abordagem qualitativa. Esta abordagem envolve uma revisão bibliográfica e documental abrangente, permitindo uma análise aprofundada das políticas de desenvolvimento e seus impactos. Os resultados indicam que o planejamento estatal em Goiânia teve impacto no desenvolvimento econômico local. A análise dos documentos selecionados permitiu a compreensão da evolução das políticas de planejamento urbano em Goiânia e como elas moldaram o desenvolvimento econômico da cidade. Além disso, a pesquisa revelou que as políticas de desenvolvimento têm impacto positivo nos APLs de Goiânia ajudando no crescimento econômico, a competitividade e a colaboração entre os atores locais, e são fundamentais para promover o desenvolvimento local e regional. Em conclusão, esta dissertação destaca a importância do planejamento estatal e das políticas de desenvolvimento regional na formação do desenvolvimento econômico de Goiânia contribuindo para a discussão mais ampla sobre políticas de desenvolvimento oferecendo informações sobre como o planejamento pode influenciar o desenvolvimento regional. Ainda assim, reconhecemos que há muito a ser explorado neste campo, e esperamos que esta pesquisa inspire estudos futuros sobre este importante tema.

Palavras-Chave: Arranjos Produtivos Locais (APLs). Políticas de Desenvolvimento. Planejamento Estatal. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Econômico

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the impact of development policies on Local Productive Arrangements (LPAs) in Goiânia, Goiás. The motivation for this research stems from the need to understand the dynamics of urban and economic development in specific contexts, such as Goiânia, and how public policies can shape these dynamics. The central research problem is to understand how developmentalist legislation has affected Goiânia's economic development. The justification for this study lies in the idea that, by understanding the relationship between state planning and regional development, we can contribute to the formulation of more effective public policies. The adopted methodology combines the historical method, which seeks to understand the influence of the past on present society, with a qualitative approach. This approach involves a comprehensive bibliographic and documentary review, allowing for an in-depth analysis of development policies and their impacts.

The results indicate that state planning in Goiânia has had a significant impact on local economic development. The analysis of the selected documents allowed for an understanding of the evolution of urban planning policies in Goiânia and how they have shaped the city's economic development. Furthermore, the research revealed that development policies have a positive impact on LPAs in Goiânia, aiding economic growth, competitiveness, and collaboration among local actors. These policies are fundamental for promoting local and regional development. In conclusion, this dissertation highlights the importance of state planning and regional development policies in shaping Goiânia's economic development. It contributes to the broader discussion on development policies and offers insights into how planning can influence regional development. Nevertheless, we recognize that there is much to be explored in this field, and we hope that this research will inspire future studies on this important topic.

Keywords: Local Productive Arrangements (APLs). Development Policies. State Planning. Regional Development. Economic Development

RESUMEN

Esta disertación se propone analizar el impacto de las políticas de desarrollo en los Arreglos Productivos Locales (APLs) en Goiânia, Goiás. La motivación para esta investigación surge de la necesidad de comprender las dinámicas de desarrollo urbano y económico en contextos específicos, como Goiânia, y cómo las políticas públicas pueden moldear estas dinámicas. El problema central de la investigación es entender cómo la legislación desarrollista ha afectado el desarrollo económico de Goiânia. La justificación para este estudio reside en la idea de que, al comprender la relación entre la planificación estatal y el desarrollo regional, podemos contribuir a la formulación de políticas públicas más eficaces. La metodología adoptada combina el método histórico, que busca entender la influencia del pasado en la sociedad actual, con un enfoque cualitativo. Este enfoque implica una revisión bibliográfica y documental exhaustiva, permitiendo un análisis profundo de las políticas de desarrollo y sus impactos. Los resultados indican que la planificación estatal en Goiânia ha tenido un impacto significativo en el desarrollo económico local. El análisis de los documentos seleccionados permitió comprender la evolución de las políticas de planificación urbana en Goiânia y cómo estas han moldeado el desarrollo económico de la ciudad. Además, la investigación reveló que las políticas de desarrollo tienen un impacto positivo en los APLs de Goiânia, favoreciendo el crecimiento económico, la competitividad y la colaboración entre los actores locales. Estas políticas son fundamentales para promover el desarrollo local y regional. En conclusión, esta disertación destaca la importancia de la planificación estatal y las políticas de desarrollo regional en la configuración del desarrollo económico de Goiânia. Contribuye al debate más amplio sobre políticas de desarrollo y ofrece información sobre cómo la planificación puede influir en el desarrollo regional. Sin embargo, reconocemos que hay mucho por explorar en este campo y esperamos que esta investigación inspire futuros estudios sobre este importante tema.

Palabras clave: Arreglos Productivos Locales (APLs). Políticas de Desarrollo. Planificación Estatal. Desarrollo Regional. Desarrollo Económico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento de especializações produtivas em Goiás	34
Figura 2 – Desafios da articulação nas políticas de apoio aos APLs em Goiás	36
Figura 3 – APLs em Goiás	40
Figura 4 – Experiências exitosas de capacitação empresarial e avanços tecnológicos em APL em Goiás	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos arranjos produtivos locais nos segmentos da economia, por Unidade da Federação, em relação ao setor produtivo (2020 – 2021)	23
Gráfico 2 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a participação em projeto agregado por região brasileira (2020 – 2021).....	24
Gráfico 3 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a participação em rede setorial agregados por região brasileira (2020 – 2021).....	25
Gráfico 4 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de ensino agregado por região brasileira (2020 – 2021)	26
Gráfico 5 – Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de capacitação, agregados por região brasileira (2020 – 2021)	26
Gráfico 6 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de financiamento agregado por região brasileira (2020 – 2021).....	28
Gráfico 7 – Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de promoção comercial agregado por região brasileira (2020 – 2021).....	29
Gráfico 8 – Média anual do número índice de volume dos setores e do PIB em Goiás	42
Gráfico 9 – Estoque de Emprego em Goiânia por Setor Econômico e Faixa Etária (25 a 29 anos) - 1990-2012	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Aglomerações Identificadas pelo SEBRAE que não são Objeto de Apoio de Políticas Públicas (2009).....	37
Quadro 2 – Impacto da Legislação Desenvolvimentista no Desenvolvimento Econômico de Cidades Brasileiras	68
Quadro 3 – Resultados da Pesquisa como um todo.....	72

LISTA DE SIGLAS

AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BNH	Banco Nacional da Habitação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CODEC	Companhia de Desenvolvimento Econômico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
PAG	Plano de Ação do Governo
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PDIG	Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia
PIB	Produto Interno Bruto
PPE	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UFs	Unidades da Federação
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SUPERPLAN	Superintendência do Plano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO I - FATORES DETERMINANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE TERRITORIAL DAS POLÍTICAS E PARCERIAS INSTITUCIONAIS.....	14
1.1 INTRODUÇÃO.....	16
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.3 METODOLOGIA DE ESTUDO	18
1.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
1.4.1 Instituições e Governança	19
1.4.2 Políticas e Estruturação Local e Regional.....	20
1.4.3 Análise Multifatorial	22
1.4.4 Setor Produtivo	22
1.4.5 Participação em Projetos e de Redes Setoriais	23
1.4.6 Parceria com Instituições de Ensino e de Capacitação	25
1.4.7 Parceria com Instituições de Financiamento e de Promoção Comercial	27
1.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	29
SEÇÃO II - IMPACTO DAS POLÍTICAS DE APOIO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE GOIÁS	31
2.1 INTRODUÇÃO.....	32
2.2 METODOLOGIA DE ESTUDO	33
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	34
2.3.1 Os efeitos das políticas de apoio no Estado de Goiás	35
2.3.2 Aglomerados Produtivos sem apoio institucional em Goiás.....	37
2.3.3 O planejamento estatal voltado as políticas de apoio as APLs em Goiás.....	38
2.3.4 Os impactos dos APLs no estado de Goiás.....	39
2.3.4.1 Impactos Econômicos e Sociais dos APLs	42

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	44
SEÇÃO III - A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO “DESENVOLVIMENTISTA” NO TERRITÓRIO DE GOIÂNIA.....	47
3.1 INTRODUÇÃO.....	48
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO	49
3.2.1 A Transição para o Neoliberalismo e o Impacto nos APLs	50
3.2.2 O Novo-Desenvolvimentismo e os Desafios Atuais	50
3.2.3 Legislação Urbanística e Planos Diretores de Goiânia.....	51
3.3 METODOLOGIA.....	51
3.4 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÂNIA	52
3.5.1 PDIG de 1933 a 1968	52
3.5.2 PDIG de 1969	53
3.5.3 PAG de 1970 e 1980 e a Influência sobre Goiânia	55
3.5.4 1992, o ano da Mudança no Planejamento de Goiânia	56
3.5.5 Planos Diretores de 2007 a 2022 Sob a Ótica do Desenvolvimento Econômico	57
3.5 ANÁLISE DOS IMPACTOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÂNIA	58
3.6.1 Impacto do planejamento urbano sobre o Desenvolvimento Econômico Local	58
3.6.2 Crescimento Econômico e Expansão Urbana	59
3.6.3 Infraestrutura e Desenvolvimento	61
3.6.4 Impacto Ambiental.....	61
3.6.5 Desafios na Implementação da Legislação Desenvolvimentista	62
3.6.6 Desigualdades Socioeconômicas	66
3.6.7 Comparação com outras cidades	67
3.6.8 Desafios Futuros	70
3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	70
4 RESULTADOS DA PESQUISA	72
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	77

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada “O Papel das Políticas de Desenvolvimento na Formação e Consolidação dos Arranjos Produtivos Locais: uma perspectiva de Goiânia”, tem como objetivo explorar a influência das políticas de desenvolvimento no território, com foco especial na cidade de Goiânia. A motivação para esta pesquisa advém da necessidade de compreender as dinâmicas de desenvolvimento urbano e econômico em contextos regionais específicos. Goiânia, com sua história particular e desafios próprios, constitui um cenário propício para o estudo dessas dinâmicas.

O problema central desta investigação é entender como a legislação desenvolvimentista afetou o desenvolvimento econômico de Goiânia e favoreceu o surgimento e a consolidação dos arranjos produtivos locais (APLs). Esta questão é de grande relevância, visto que as políticas de desenvolvimento têm o potencial de moldar a economia de uma região de maneiras profundas e duradouras. A justificativa para este estudo reside na hipótese de que, ao compreender a relação entre planejamento estatal e desenvolvimento regional, pode-se contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e ajustadas às realidades locais.

A metodologia adotada combina o método histórico, que investiga a influência de marcos do passado no desenvolvimento atual, com uma abordagem qualitativa. Esta última envolve uma revisão bibliográfica e análise documental, visando explorar o impacto das políticas de desenvolvimento sobre os APLs e o crescimento econômico da região.

O estudo enfatiza a importância do planejamento estatal e das políticas de desenvolvimento regional na promoção do crescimento econômico em Goiânia. Ele também contribui para um debate mais amplo sobre políticas públicas, oferecendo uma análise crítica de como o planejamento pode influenciar o desenvolvimento regional de forma estratégica e sustentável.

Para a consecução dos objetivos, a dissertação foi estruturada da seguinte forma:

- O primeiro artigo, apresentado na seção I, investiga os fatores determinantes para o desenvolvimento e consolidação dos arranjos produtivos locais no Brasil, com base em uma análise qualitativa e quantitativa;
- O segundo artigo, na seção II, avalia o impacto das políticas de desenvolvimento sobre os APLs em Goiás, utilizando uma revisão da literatura e pesquisa documental exploratória;
- O terceiro artigo, na seção III, analisa a efetividade da legislação desenvolvimentista no território de Goiânia, a partir de uma abordagem histórica e qualitativa, examinando como o planejamento estatal influenciou o desenvolvimento econômico da cidade.

A dissertação segue com a análise dos resultados obtidos em cada artigo, discutindo suas implicações e destacando a necessidade de pesquisas futuras. A conclusão sintetiza as principais descobertas, evidenciando o papel fundamental das políticas de desenvolvimento no contexto regional de Goiânia e suas possíveis contribuições para o aprimoramento de futuras iniciativas políticas.

Excerto parcial de:

DIAS, Flávio Martins; VIEIRA, Jeferson de Castro. Fatores determinantes para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Brasil: uma análise territorial das políticas e parcerias institucionais. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 6, p. 01-20, 2024.

DOI: 10.55905/revconv.17n.6-190

Recebido em: 05/10/2024

Aceito para publicação em: 05/31/2024

SEÇÃO I - FATORES DETERMINANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE TERRITORIAL DAS POLÍTICAS E PARCERIAS INSTITUCIONAIS

RESUMO

O desenvolvimento regional equilibrado tem sido um ponto focal nas agendas governamentais brasileiras. Nesse contexto, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) ganharam destaque como potenciais vetores para impulsionar o progresso regional de forma descentralizada. Contudo, observa-se uma distribuição desigual dos impactos das políticas de apoio a esses arranjos. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a formação e consolidação dos APLs nas diversas Unidades da Federação. A hipótese é que a participação em projetos e redes setoriais, bem como parcerias com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial impactam positivamente o desenvolvimento dos APLs. Combinando análise qualitativa e quantitativa, foram examinados dados sobre os arranjos em cada Unidade da Federação quanto a esses fatores. Os resultados evidenciam que as regiões Sudeste, Sul e parte do Nordeste concentram mais APLs e parcerias institucionais, com predomínio nos setores secundário e terciário, enquanto Norte e Nordeste apresentam mais APLs do setor primário e menor presença institucional. Conclui-se que políticas de fomento aos APLs devem considerar especificidades territoriais e setoriais, fortalecer as estruturas de governança local e estimular maior cooperação entre atores para alavancar o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais. Redes Interinstitucionais. Políticas de Desenvolvimento Regional. Governança Local. Competitividade Territorial.

ABSTRACT

Balanced regional development has been a focal point on Brazilian government agendas. In this context, Local Productive Arrangements (LPAs) have gained prominence as potential vectors for boosting regional progress in a decentralized manner. However, there is an uneven distribution of the impacts of policies to support these arrangements. In view of this, the aim of this study is to analyze the factors that influence the formation and consolidation of LPAs in the various Federative Units. The hypothesis is that participation in sectoral projects and networks, as well as partnerships with educational institutions, training, financing and trade promotion have a positive impact on the development of LPAs. Combining qualitative and quantitative analysis, data on the arrangements in each Federation Unit was examined in terms of these factors. The results show that the Southeast, South and part of the Northeast have more APLs and institutional partnerships, with a predominance in the secondary and tertiary sectors, while the North and Northeast have more APLs in the primary sector and less institutional presence. The conclusion is that policies to promote LPAs should take into account territorial and sectoral specificities, strengthen local governance structures and encourage greater cooperation between players in order to boost regional development.

Keywords: Local Productive Arrangements, Regional Development Policies, Inter-institutional Networks, Local Governance, Territorial Competitiveness.

1.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional equilibrado tem sido um ponto focal persistente nas agendas governamentais do Brasil. Conforme Silva (2015) após um período de relativo esvaziamento do planejamento regional na década de 1990, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formulada em 2003 (...), trouxe novos olhares e metodologias para lidar com as desigualdades entre as regiões brasileiras (Silva, 2015). Dentre as abordagens propostas, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) ganharam destaque como potenciais vetores para impulsionar o progresso regional de forma descentralizada (Marini; Silva, 2014).

APLs são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (Lastres, 2003; Teixeira, 2009).

Embora os APLs tenham sido apontados como caminhos promissores, observa-se uma distribuição desigual dos impactos das políticas de apoio a esses arranjos pelos diferentes estados brasileiros. Persistem dúvidas sobre quais fatores são determinantes para o efetivo desenvolvimento e sustentabilidade dos APLs em cada região.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a formação e consolidação dos APLs nas diversas Unidades da Federação brasileira. A hipótese subjacente é que a participação dos APLs em projetos e redes setoriais, bem como parcerias com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial, são elementos críticos que impactam positivamente a formação, desenvolvimento e consolidação desses arranjos produtivos locais nas diferentes regiões do país.

Essa pesquisa se justifica pela importância das políticas públicas de apoio aos APLs como ferramentas para impulsionar o crescimento econômico local e regional quando aplicadas de maneira adequada. A identificação dos fatores-chave para o sucesso dos APLs permitirá direcionar ações e estratégias de forma mais eficaz, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável em todo o país.

O estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, analisando de dados coletados junto a instituições governamentais e de pesquisa sobre os APLs instalados nos diferentes estados. Após esta introdução, a segunda seção traz o referencial teórico sobre as políticas industriais brasileiras e os APLs. A terceira detalha os procedimentos metodológicos. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados da análise de variáveis relevantes para os APLs. Por

fim, as conclusões trazem uma avaliação geral sobre os arranjos nas unidades federativas brasileiras.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico em um estudo compreende uma análise crítica e organizada da literatura pertinente ao tema, fornecendo uma contextualização teórica e definindo os conceitos-chave. Deve conter, de maneira abrangente, as teorias, modelos e pesquisas anteriores, identificando lacunas, contradições e consensos na literatura que são importantes para o foco do trabalho que está sendo desenvolvido.

Nas últimas décadas, as políticas industriais brasileiras passaram por uma transição, do modelo intervencionista estatal do nacional-desenvolvimentismo (1930-1970) para as políticas econômicas mais liberais das décadas de 1980 e 1990 (Cano, 2014; Sachs & Warner, 1995). Contudo, o insucesso dessas políticas neoliberais motivou uma retomada das políticas industriais ativas a partir de 2003 (Marini; Silva, 2014; Silva, 2015).

Nesse contexto de volta da intervenção estatal, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) ganharam grande destaque, sendo incorporados à nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional em 2007. Esses arranjos foram vistos como promissores vetores para impulsionar o desenvolvimento regional descentralizado. Apesar das expectativas, estudos apontam dificuldades dos governos em operacionalizar políticas públicas consistentes e uniformes para fomentar os APLs em todas as regiões (R. N. de C. Barbosa, 2016; Vignandi et al., 2020). Mendonça et al. (2012) ressalta a necessidade de compreender melhor os fatores determinantes para a formação, desenvolvimento e estruturação efetiva desses arranjos nos diferentes territórios. A literatura tem destacado alguns fatores-chave para o sucesso dos APLs, como: governança e cooperação entre os atores locais (Saraceni & Junior, 2012); especialização produtiva e interação entre empresas (Schlemper et al., 2016; Sacomano Neto & Oriani e Paulillo, 2012); capacidade de inovação (Cardoso et al., 2018); sustentabilidade (Moutinho & Campos, 2017); acesso a financiamento (Cardoso et al., 2018); capital humano qualificado (Silva, 2012; Lobo e Silva & Hewings, 2010); e interação com instituições de ensino e pesquisa, conforme Silva et al. (2012).

No entanto, estudos empíricos revelam que a atuação dos governos por meio de políticas públicas de fomento aos APLs tem sido desigual entre as Unidades da Federação (Vignandi et al., 2020). Esta pesquisa busca preencher essa lacuna, analisando o impacto de fatores como participação em projetos, redes setoriais, parcerias institucionais (ensino, capacitação,

financiamento, promoção comercial) no desenvolvimento e consolidação dos APLs nas diferentes regiões brasileiras.

1.3 METODOLOGIA DE ESTUDO

Com base nos objetivos mencionados na introdução, a metodologia proposta para este estudo combina abordagens qualitativas e quantitativas. A etapa qualitativa consiste em uma revisão de literatura para identificar os APLs que se destacam nas diferentes regiões brasileiras e analisar as relações entre esses arranjos e as políticas públicas e privadas a eles relacionadas. Para tanto, foi conduzida uma busca por artigos científicos publicados nos períodos de 2004 a 2024 em plataformas de periódicos Capes e no Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave "arranjo produtivo local" e "políticas públicas" ou "políticas privadas". Foram considerados apenas estudos de artigos, exceto revisão de literatura, com acesso aberto, em português e inglês e revisado por pares. A seleção dos artigos resultou em 362 artigos que ao aplicar a busca pelas palavras-chave ao título, resultou em 80 artigos e, após a leitura dos resumos, resultou em 18 artigos.

A etapa quantitativa baseia-se na análise de dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do governo federal. Esses dados, disponibilizados pelo Observatório Brasileiro de APLs (APLS Brasileiros, 2021) são referentes às aglomerações produtivas na forma de APLs em todo o território nacional, foram tabulados e analisados por meio da construção de gráficos descritivos.

Nesta fase, foram examinados fatores como: setor produtivo dos APLs (primário, secundário ou terciário); participação em projetos e redes setoriais; parcerias estabelecidas com instituições de ensino e capacitação profissional; e vínculos com instituições de financiamento e promoção comercial. A análise quantitativa buscou avaliar a relação desses fatores com os elementos políticos, públicos e privados identificados na etapa qualitativa anterior, como políticas de fomento, programas governamentais, incentivos, entre outros.

Pretendeu-se, assim, verificar como tais elementos influenciam a estruturação e a consolidação dos diferentes APLs nas unidades da federação brasileira. Dessa forma, a conjugação das análises qualitativa e quantitativa permitirá uma compreensão abrangente sobre os APLs brasileiros, integrando a revisão de estudos existentes com o exame direto de dados empíricos relacionados aos fatores que influenciam o desempenho desses arranjos nos diferentes Unidades da Federação.

1.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção visa analisar os fatores que influenciam o desempenho e a sustentabilidade dos APLs nos diferentes estados brasileiros, com foco especial nos elementos relacionados às políticas de apoio a esses arranjos.

Saraceni & Junior (2012) e Suzigan *et al.* (2007) destacam a importância de aspectos como governança, especialização produtiva, interação entre os atores, capacidade de inovação e sustentabilidade para o êxito dos APLs. No entanto, ainda há uma escassez de estudos voltados especificamente para a identificação dos fatores críticos de sucesso e fracasso nesses arranjos.

Nesse sentido, busca-se contribuir para preencher essa lacuna, com um olhar atento aos elementos relacionados às políticas direcionadas aos APLs, como participação em projetos e redes setoriais, parcerias com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial. Esses foram os fatores hipotetizados como determinantes para impulsionar o desenvolvimento consistente dos APLs em todas as Unidades da Federação.

A análise a seguir está pautada nos dados coletados junto aos APLs instalados nos diferentes estados, bem como nas informações secundárias obtidas em levantamento bibliográfico. Busca-se compreender como a presença ou ausência dos elementos supracitados impactam a capacidade de estruturação, governança, cooperação, inovação e sustentabilidade desses arranjos produtivos locais nos distintos contextos regionais e setoriais. Pretende-se gerar percepções para o aprimoramento das políticas públicas de fomento aos APLs, identificando os fatores-chave a serem priorizados para que essas políticas atinjam efetividade de forma mais homogênea nos diversos territórios brasileiros.

As seções subsequentes fornecem uma análise concisa dos elementos e respectiva correlação com os arranjos produtivos locais ou de clusters, um termo substituído por arranjos produtivos locais (APLs) na terminologia governamental oficial brasileira, conforme Barbosa (2016).

1.4.1 Instituições e Governança

Segundo Barbosa (2016), os estudos sobre os arranjos produtivos locais (APLs) avançaram sobremaneira graças à busca pela compreensão das vantagens competitivas originadas pela concentração geográfica e setorial de empresas (principalmente de micro, médio e pequeno porte). Para Barbosa (2016), Krugman (1991) e Porter (1990) são pioneiros nessa área, mas há

discussões sobre a espontaneidade ou o planejamento como fator de engendramento das externalidades. E afirma que para estudiosos como Allen Scott, Jörg Meyer-Stamer e Hubert Schmitz, as economias externas locais de natureza incidental são importantes, mas não suficientes para explicar a eficiência concorrencial dos arranjos produtivos locais. Em suas análises, a atuação governamental aparece como fator essencial para a construção das vantagens competitivas das aglomerações, com a ação coletiva deliberada (Barbosa, 2016).

Nesse sentido Fernandes & Jesus (2021) estudaram o projeto de governo cidadão e APLs no Rio Grande do Norte e destacaram os desafios na implementação da estratégia de cluster devido à falta de consenso sobre o conceito de cluster, de conceito aglutinativo, ressaltando a importância da participação efetiva do estado. O que indica que há interferência entre as relações institucionais e a governança em APLs sendo positiva quando compartilham os mesmos valores em interações locais.

Jacometti et al. (2016) corrobora com essa discussão ao analisar o impacto das políticas públicas nos APLs de móveis industriais em Arapongas, descobrindo que condições institucionais fracas limitavam a competitividade. Para Jacometti et al. (2016), as políticas públicas não melhoraram significativamente a competitividade ou os benefícios econômicos no APL analisado, pois as relações sociais fracas impediram a confiança e a competitividade dos atores locais.

Na mesma região, outro estudo, de Linhares & Carraro (2018), avaliou o impacto dessa política no Rio Grande do Sul, comparando setores com e sem APLs de 2006 a 2014. O artigo publicado por eles: "Análise setorial do impacto da política de APLs no Rio Grande do Sul" ressaltou os efeitos positivos nos salários médios de alguns APLs, e os resultados mostraram impactos variados no emprego, porém positivos, para os setores como móveis e pedras, gemas e joias.

Também há destaque ao impacto do controle da estrutura institucional dos APLs do Paraná no artigo de Castro & Gonçalves (2014), intitulado "Contexto institucional de referência e governança em rede: estudo sobre arranjos produtivos locais no estado do Paraná". Destacou-se nesse estudo a importância das interações locais nos APLs, concentrando-se na estrutura institucional e na governança.

1.4.2 Políticas e Estruturação Local e Regional

Na avaliação das políticas dos APLs em regiões periféricas, Polge *et al.* (2019) examinam as redes de coordenação em APLs de goiaba e açaí na Amazônia brasileira, particularmente

sobre APL e sua sustentabilidade. A pesquisa explora as perspectivas da agricultura familiar em meio à expansão do agronegócio com uma investigação específica sobre o zoneamento participativo no nordeste paraense envolvendo representantes comunitários evidenciando desigualdades na distribuição de políticas públicas e a falta de ações estratégicas.

Polge *et al.* (2019) concluem que a proximidade geográfica e as atividades cooperativas promovem a coordenação no APL da goiaba, mas as mudanças na disponibilidade de recursos e a cessação do apoio governamental alteram a estrutura da rede, ou seja, sem coordenação estrutural, pode ocorrer uma rápida deterioração e uma gestão inadequada dos recursos.

O estudo de Vignandi *et al.* (2020) revela a distribuição desigual das políticas públicas nos vários territórios brasileiros, com uma falta de estratégias e diretrizes claras para as regiões periféricas, resultando na concentração de políticas em áreas específicas. Vignandi *et al.* (2020) indicam que as políticas públicas voltadas aos APLs no Brasil são ineficientes e distribuídas de forma desigual, perpetuando a desigualdade e impedindo o desenvolvimento local. Os autores alertam sobre a padronização de modelos bem-sucedidos aplicados em todas as regiões, que pode distorcer as realidades locais.

“[...] é válido reforçar que esse formato de política traz consigo uma complexidade tanto na formulação quanto na implementação e análise, por isso cada caso deve ater-se a uma aplicabilidade própria. A tentativa de transformar as experiências de sucesso em modelos “padrão” (“one model fits all”), replicáveis para todas as localidades, desconsiderando as diferentes características e particularidades de cada região, pode ser um viesamento de cenário.” (VIGNANDI *et al.*, 2020, p. 21)

Alinhado à ideia de particularidades inerentes a cada território para a formação e desenvolvimento de APLs Mendonça *et al.* (2012) discutem a origem e evolução dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Minas Gerais. Para eles o surgimento e desenvolvimento desses arranjos foram influenciados por externalidades de diferentes naturezas ao longo do tempo. Os autores concluíram que as condições territoriais e as trajetórias dos APLs em Minas Gerais são determinantes na sua evolução, mas é necessário um maior envolvimento do governo local e políticas além do desenvolvimento industrial para impulsionar o desenvolvimento regional. Desse modo, políticas de apoio aos APLs, como instrumento de planejamento e desenvolvimento, devem ultrapassar os limites de uma política industrial local em direção a uma política de desenvolvimento regional (Mendonça *et al.*, 2012).

1.4.3 Análise Multifatorial

Como visto, não são incomuns o teor complexo desse tema, que são os arranjos produtivos locais (APLs). Questões de produção, propriedade da terra, conhecimento técnico, infraestrutura e organização comercial compõe mais um exemplo disso, no estudo de Pimentel Neto et al. (2019) sobre a caprinovinocultura em Pernambuco. A pesquisa destaca a complexidade dos desafios enfrentados pelos produtores locais, incluindo questões de infraestrutura, gestão e conhecimento técnico. O artigo ressalta a importância de uma abordagem integrada que considere as dimensões econômicas, políticas e culturais para o desenvolvimento sustentável do setor.

Esses temas demonstram a diversidade de abordagens e análises presentes nos estudos sobre arranjos produtivos locais, evidenciando a complexidade e a importância de fatores para o desenvolvimento desses arranjos em diferentes contextos. Em síntese, a revisão da literatura acadêmica permitiu avançar no entendimento da interferência das políticas no sucesso dos APLs, bem como identificar as debilidades e potencialidades dessas políticas.

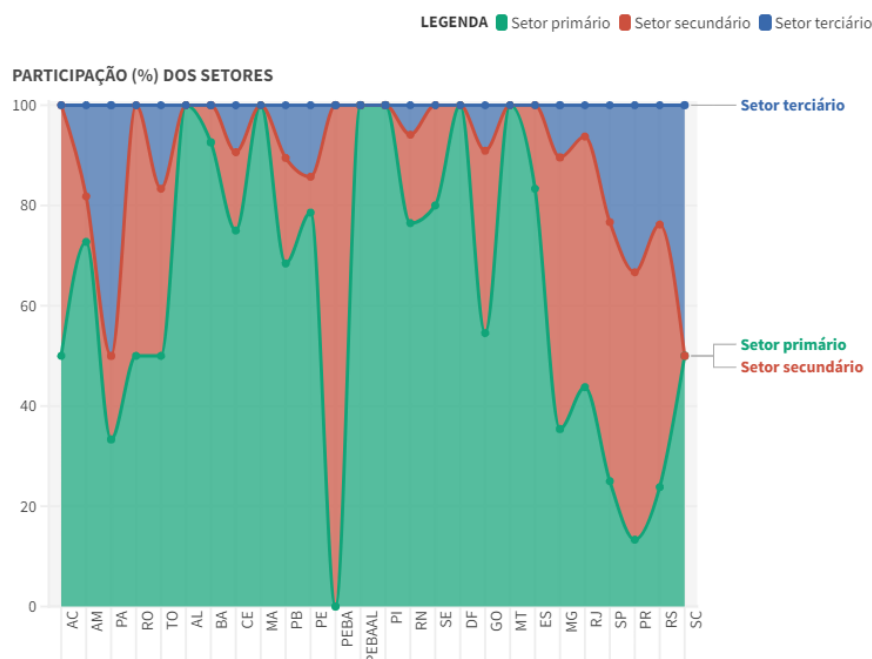
1.4.4 Setor Produtivo

A formação, desenvolvimento e estruturação dos APLs são influenciados por condicionantes territoriais específicos, como a disponibilidade de equipamentos e a integração de políticas públicas setoriais (Mendonça et al., 2012). Barroso & Soares (2009) afirmam que a distribuição dos APLs por setor produtivo no país reflete uma concentração em atividades tradicionais, como a indústria tradicional, agropecuária e turismo, que são historicamente relevantes e economicamente significativas.

O Gráfico 1 apresenta a participação de APLs por setor econômico (agropecuária, indústria e serviços)¹ por Unidades da Federação do Brasil, associadas ou não.

1 Os dados: setor produtivo, publicados pelo Observatório das APLs (OBAPL, 2021) foram tabulados no Gráfico 1 conforme a ocorrência do nome encontrado. primário = APLs que contenham na variável setor produtivo: [agricultores, agricultura, agroecológico, agropecuária, agropecuário, agronegócio, alimentício, apicultura, arroz, aves, avicultura, base, cacau, café, cafeicultura, caipira, cabras, capri, cultura, extração, extrativismo, fito, florestal, fruticultura, leite, licuri, madeira, mandioca, mel, milho, mineral, nativa, planta, pecuária, pesca, plantas, planta, primário, trigo] secundário = APLs que contenham na variável setor produtivo: [aeroespacial, aeronáutico, água, alimentos, artesanato, bebidas, biotecnologia, biotecnologia, brinquedos, cachaça, calçadista, calçados, cerâmica, cerâmico, cervejeiro, confecção, confecções] terciário = APLs que contenham na variável setor produtivo: [3º Setor, Eventos, pet, audiovisual, capital, comércio, corporativa, criativa, digital, games, informação, inovação, mecânico, praia, renda, residencial, saúde, serviços, software, tecnologia, terciário, transporte, turismo]

Gráfico 1 - Participação dos arranjos produtivos locais nos segmentos da economia, por Unidade da Federação, em relação ao setor produtivo (2020 – 2021)



Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria (2024).

Apesar de representar uma proporção percentual, o Gráfico 1 ilustra o número de APL que se envolvem com um setor específico da economia (primário, secundário ou terciário) em relação ao total de APL em cada Unidade da Federação². Esses dados ressaltam as implicações prioritárias em cada unidade observada. Um exame do Gráfico 1 revela o agrupamento de arranjos produtivos locais dentro do setor primário na região Nordeste do Brasil, com exceção do PEBA APL. Em contraste, a região Sul é conhecida por seu domínio dos setores secundário e terciário nas economias organizadas pelos APLs.

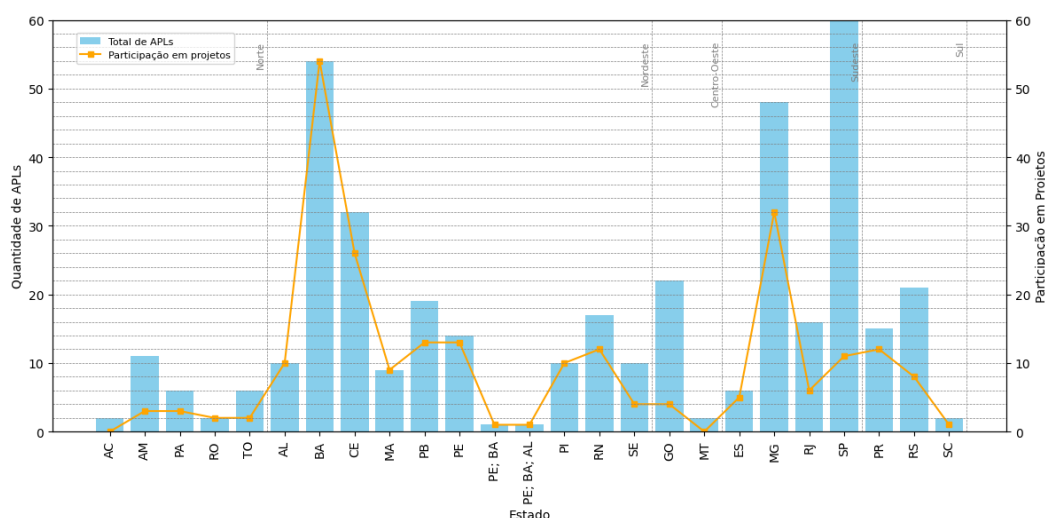
1.4.5 Participação em Projetos e de Redes Setoriais

A análise de redes sociais e difusão de conhecimento em APLs, conforme abordado por Cardoso *et al.*, (2018), demonstra a importância das interações entre os atores envolvidos nesses arranjos para o compartilhamento de conhecimento e a promoção do desenvolvimento local.

² As quantidades de Arranjos Produtivos Locais (APLs) por UF no Brasil são as seguintes: AC: 2; AL: 10; AM: 11; BA: 54; CE: 32; DF: 1; ES: 6; GO: 22; MA: 9; MG: 48; MT: 2; PA: 6; PB: 19; PE: 14; PEBA: 1; PEBAAL: 1; PI: 10; PR: 15; RJ: 16; RN: 17; RO: 2; RS: 21; SC: 2; SE: 10; SP: 60; TO: 6. Totalizando 397 APL no Brasil.

Os gráficos 2 e 3 traçam o número de APLs por Unidades da Federação do Brasil, agrupados por região brasileira, e mostram a participação dos arranjos em projetos e redes setoriais.

Gráfico 2 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a participação em projeto agregado por região brasileira (2020 – 2021)



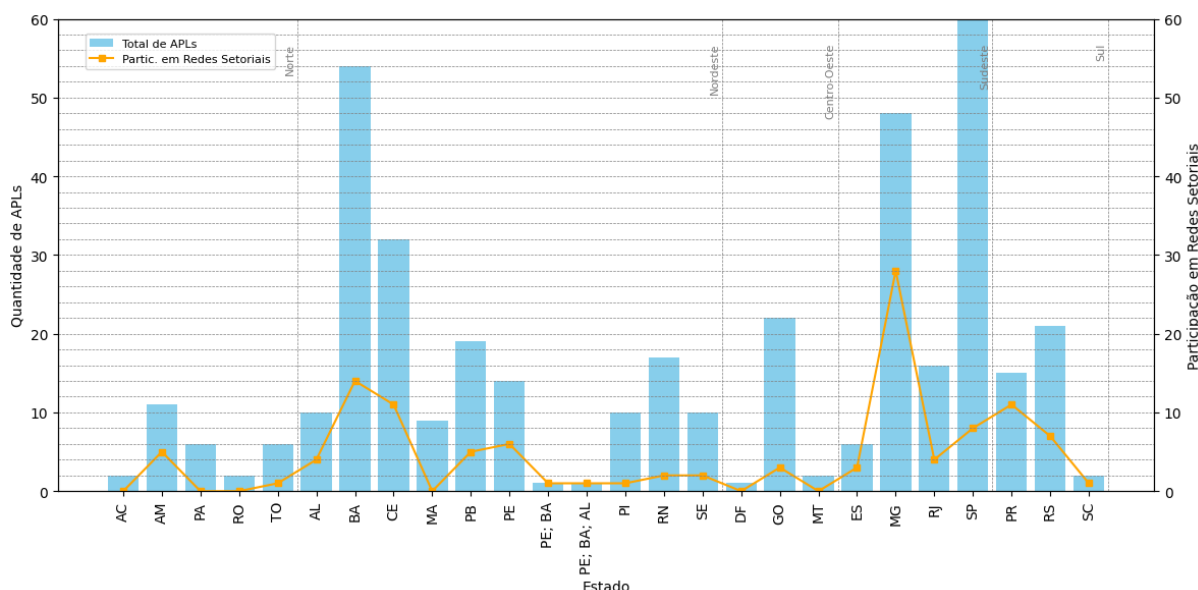
Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria

O Gráfico 2 representa a quantidade de APL por Unidade da Federação em barras com a informação das quantidades de APL que participam em projetos específicos. As UFs foram agrupadas por região brasileira e os valores de APLs que participam de projetos foram ligados por linhas, fornecendo a visão tanto pontual quanto regional do fator estudado.

As linhas no Gráfico 2 indicam a polarização dentro do território nacional das regiões Nordeste e Sudeste, o que corrobora em partes com as barras indicativas do total de APL por UF uma vez que São Paulo apresenta o maior número de APL e nem um terço dos arranjos participam de projeto. Destacam-se o estado da Bahia e de Minas Gerais que apresentam valores expressivos tanto em números de arranjos quanto dos APLs que participam de projetos. Proporcionalmente, a maioria das Unidades da Federação possui essa condição, com números de APL participantes de projetos acima das médias de cada unidade da federação.

O Gráfico 3 representa a quantidade de APL por unidade da federação em barras com a informação das quantidades de APL que participam em redes setoriais e tem a mesma organização visual do gráfico anterior.

Gráfico 3 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a participação em rede setorial agregados por região brasileira (2020 – 2021)



Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria.

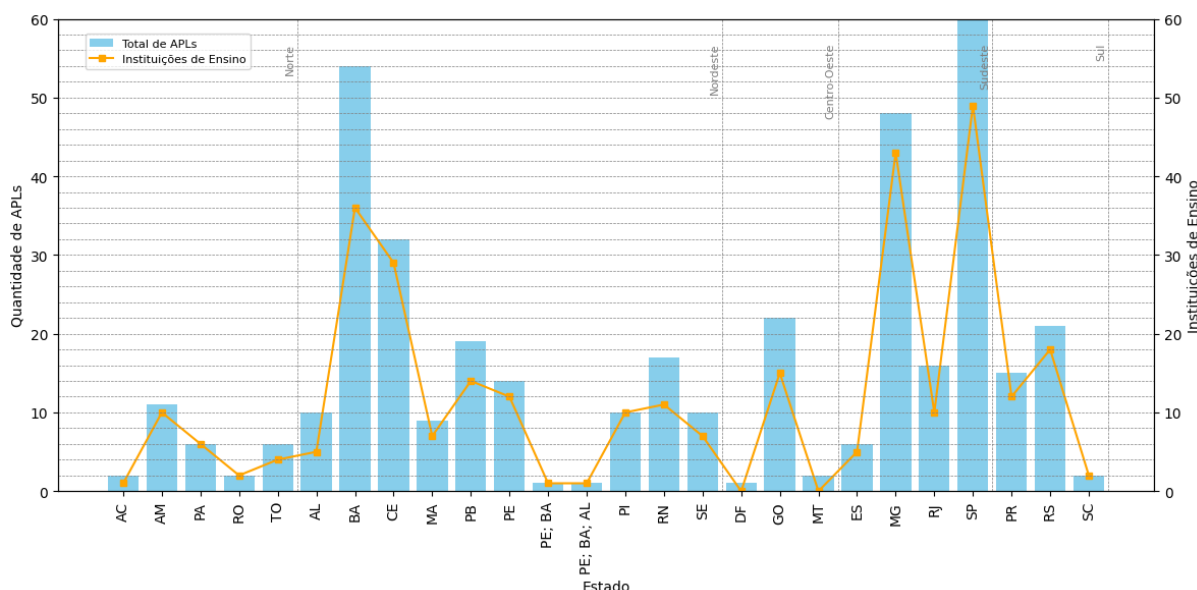
Ao confrontar as linhas dos Gráficos 2 e 3 constata-se a maior “aderência” do gráfico de participação em redes setoriais à participação em projetos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Nas regiões Norte e Nordeste apesar de genericamente terem maiores participações em projetos, são baixas as participações em redes setoriais.

1.4.6 Parceria com Instituições de Ensino e de Capacitação

A atuação em redes interorganizacionais tem sido identificada como um elemento impulsionador da inovação nos APLs, permitindo, conforme Silva *et al.* (2012) que os atores envolvidos se beneficiem das sinergias e trocas de conhecimento presentes nesses ambientes. Além disso, a decisão sobre investimento em capital humano é crucial. De acordo com estudos de Silva & Hewings (2010), em APLs, empresas com processos produtivos semelhantes podem competir pelos mesmos talentos, o que ressalta a importância de estratégias para reter e desenvolver talentos internamente.

O Gráfico 4 representa a quantidade de APL por Unidade da Federação em barras com a informação das quantidades de APL que contam com apoio de instituições de ensino, maioria de faculdades, universidades e institutos de ensino e tem a mesma organização visual do gráfico anterior.

Gráfico 4 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de ensino agregado por região brasileira (2020 – 2021)

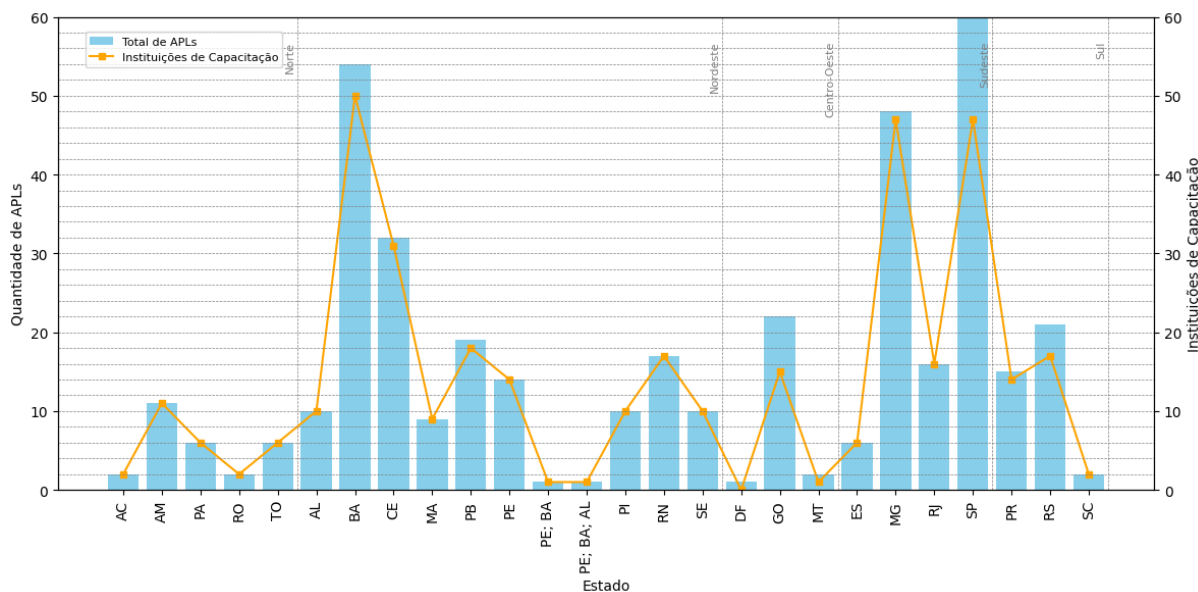


Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria.

As linhas do Gráfico 4 indicam que São Paulo se sobressai como o UF com o maior número absoluto de APL com parcerias educacionais, refletindo a concentração de arranjos que declaram ter parceria com instituições de pesquisa e ensino superior. Outros estados como Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná também registram números significativos de APLs com suporte educacional. Apesar das regiões Norte e Nordeste apresentarem menores números de instituições de ensino associadas aos APLs em comparação com o Sudeste e Sul isso não significa uma menor presença dessas instituições em termos proporcionais.

O Gráfico 5 representa a quantidade de APL por unidade da federação em barras junto com a informação das quantidades de APL que contam com apoio de instituições de capacitação, maioria de entidades que compõem o sistema S (SENAI, SESI, SESC, SENAC, SEST, SENAR, SEBRAE, SENAT e SESCOOP) e tem a mesma organização visual do gráfico anterior.

Gráfico 5 – Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de capacitação, agregados por região brasileira (2020 – 2021)



Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria.

Observa-se do Gráfico 5 que a Bahia se destaca como o Estado que possui a maior quantidade de APLs apoiados por estabelecimentos de treinamento, superando até mesmo os números vinculados às instituições de ensino (ilustrados no Gráfico 4). O Rio Grande do Norte também exibe um número notável de APL com colaborações com instituições de treinamento, semelhante ao que é testemunhado com estabelecimentos de ensino.

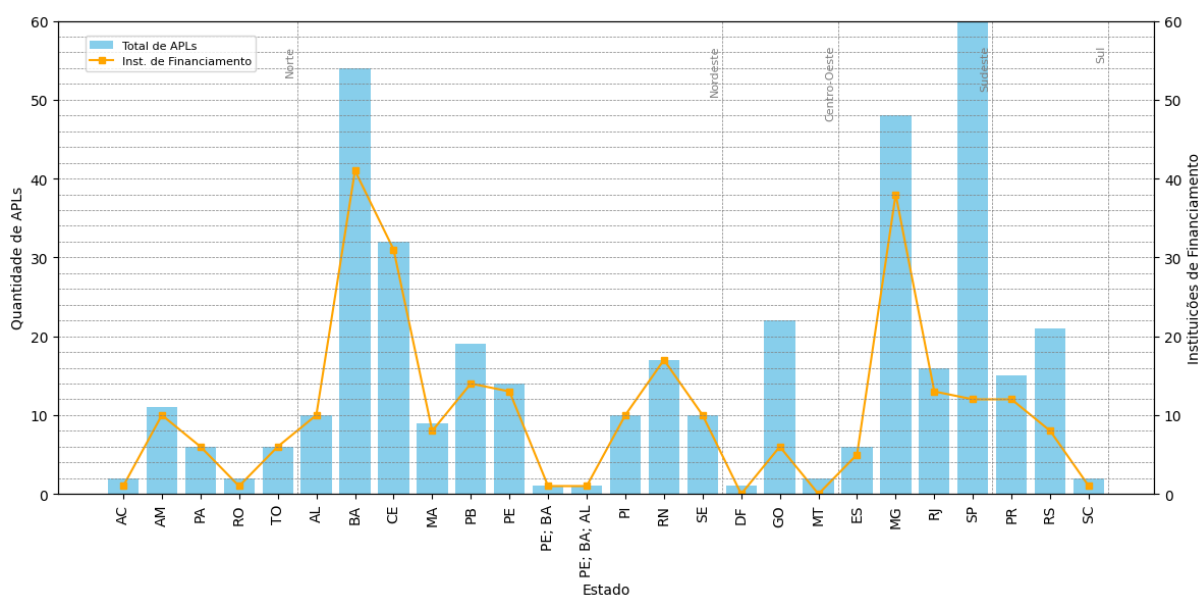
Em regiões como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora haja uma quantidade substancial de APL, a presença de estabelecimentos de treinamento parece ser comparativamente menor em comparação com instituições educacionais. Nos territórios do Norte e Nordeste, excluindo a Bahia e o Rio Grande do Norte, existe uma prevalência reduzida de APLs associados a instituições de treinamento. A afiliação a estabelecimentos de treinamento implica uma ênfase no cultivo de competências técnicas e profissionais específicas essenciais para os setores produtivos dos APLs.

1.4.7 Parceria com Instituições de Financiamento e de Promoção Comercial

A importância dos institutos de financiamento para os APLs está relacionada à capacidade de fornecer recursos financeiros que possibilitam a implementação de projetos de inovação, capacitação, modernização de processos produtivos e infraestrutura, contribuindo assim para a competitividade e sustentabilidade desses arranjos (Cardoso *et al.*, 2018).

O Gráfico 6 representa a quantidade de APL por Unidade da Federação em barras com a informação das quantidades de APL que contam com apoio de instituições de financiamento e tem a mesma organização visual do gráfico anterior.

Gráfico 6 - Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de financiamento agregado por região brasileira (2020 – 2021)



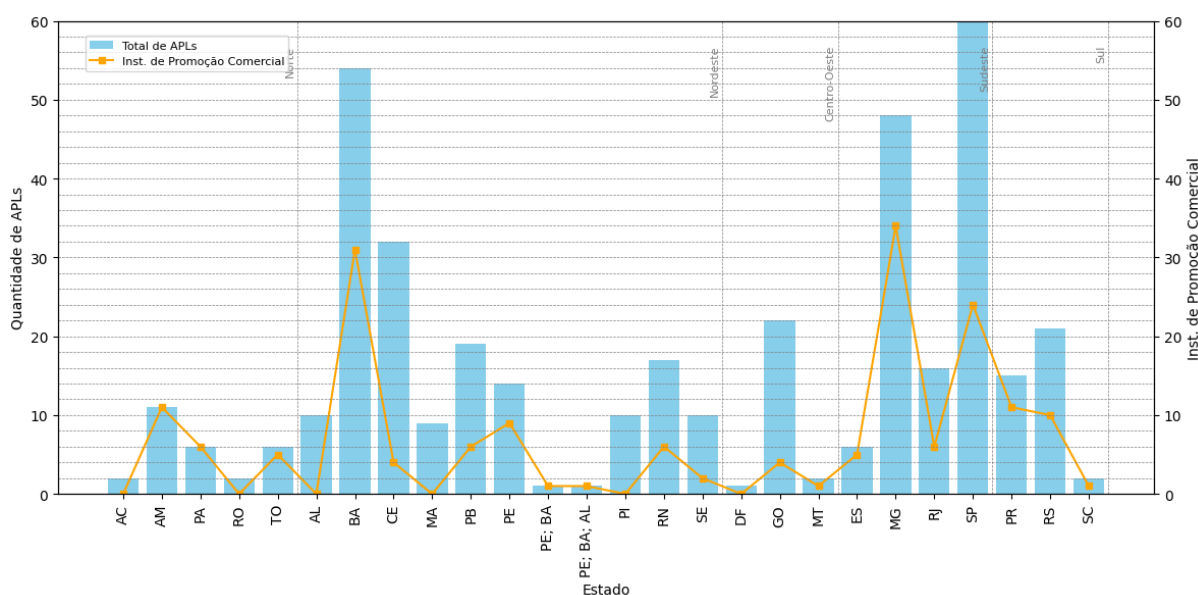
Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria.

Nota-se no Gráfico 6 que na maioria das UFs os seus APLs estabeleceram parcerias com instituições financeiras. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, pode-se observar que em vários estados, 100% dos APLs recebem apoio de instituições financeiras. Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste, apesar de uma presença notável, alguns estados apresentam uma cobertura um pouco menor, com alguns APLs ainda sem tais parcerias. Estados com maior concentração de APL, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estão entre aqueles com o maior número de acordos endossados por instituições financeiras.

Os institutos de promoção comercial desempenham um papel fundamental na divulgação dos produtos dos APLs, promovendo a interação entre os produtores locais e potenciais consumidores, investidores e parceiros comerciais. Conforme Campos & Vignandi (2011), através de estratégias de marketing e divulgação, esses institutos podem ampliar a visibilidade dos produtos dos APLs, estimular a demanda e impulsionar o crescimento econômico das regiões onde esses arranjos estão inseridos.

O Gráfico 7 representa a quantidade de APL por unidade da federação em barras junto com a informação das quantidades de APLs que contam com apoio de instituições de financiamento e tem a mesma organização visual do gráfico anterior.

Gráfico 7 – Evolução dos arranjos produtivos locais, por Unidade da Federação, em relação a instituições de promoção comercial agregado por região brasileira (2020 – 2021)



Fonte: Observatório dos APLs (OBAPL, 2021). Elaboração própria.

Em comparação com as outras variáveis examinadas (instituições educacionais, de treinamento e financiamento), a quantidade de APL que colaboram com instituições de promoção comercial tende a ser menor na maioria dos estados. Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina se destacam por um maior número de APL filiados a essas instituições de promoção comercial. Nas regiões Norte e Nordeste, exceto na Bahia e no Ceará em alguns casos, a presença de APLs engajados com instituições de promoção comercial é relativamente limitada.

1.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este estudo buscou analisar os fatores que influenciam a formação, desenvolvimento e consolidação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) nas diferentes Unidades da Federação brasileira. Os resultados evidenciam que a participação dos APLs em projetos e redes setoriais, bem como as parcerias estabelecidas com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial são elementos críticos que impactam positivamente esses arranjos.

Verificou-se uma distribuição desigual de APLs e das políticas de apoio nos territórios brasileiros. As regiões Sudeste, Sul e em menor grau o Nordeste, concentram a maioria dos APLs e das parcerias institucionais analisadas. As regiões Norte e parte do Nordeste apresentam carência dessas iniciativas.

A análise por setor produtivo revelou que os APLs do Nordeste estão mais vinculados ao setor primário, enquanto no Sul e Sudeste há maior participação nos setores secundário e terciário. Essa distribuição setorial reflete as vocações econômicas regionais historicamente estabelecidas.

Os fatores de governança, estrutura institucional local e capacidade de coordenação em rede mostraram-se determinantes para o desenvolvimento sustentável dos APLs. Arranjos com instituições sólidas e boa governança tendem a apresentar melhores indicadores de emprego, inovação e competitividade.

Conclui-se que políticas públicas de fomento aos APLs devem considerar as especificidades de cada território e setor produtivo. Ações padronizadas tendem a ser menos efetivas. É necessário fortalecer as estruturas de governança locais, incentivar a cooperação entre atores e promover maior engajamento com instituições parceiras.

Recomenda-se ainda avançar em estudos que mensurem quantitativamente o impacto das políticas nos indicadores socioeconômicos dos APLs, bem como análises comparativas entre arranjos consolidados e iniciantes. Tais esforços poderão subsidiar o aprimoramento contínuo das estratégias governamentais direcionadas aos APLs como vetores do desenvolvimento regional equilibrado no Brasil.

SEÇÃO II - IMPACTO DAS POLÍTICAS DE APOIO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE GOIÁS

RESUMO

O desenvolvimento local e os arranjos produtivos locais (APLs) desempenham um papel importante na economia regional. Compreender o impacto das políticas de desenvolvimento nesses APLs é fundamental para promover o crescimento sustentável e a inovação. Este estudo tem como objetivo avaliar a atuação das políticas de apoio aos arranjos produtivos locais - APLs no Estado de Goiás, identificando como essas políticas afetam o crescimento econômico, a competitividade e a colaboração entre os atores locais. Assim, por meio dessa pesquisa, busca-se responder à seguinte pergunta: Como as políticas públicas influenciam o desenvolvimento dos APLs em Goiás? Foram analisados os principais desafios enfrentados pelos APLs em Goiás. A compreensão desses impactos é essencial para orientar a formulação de políticas mais eficazes e promover a cooperação entre empresas, instituições de ensino e governo. Para obter informações relevantes conduzimos uma pesquisa documental exploratória para coletar dados nos diários oficiais, estudos publicados e anuários estatísticos. Os resultados obtidos oferecem insights valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes no futuro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Arranjos Produtivos Locais (APLs). Políticas de Desenvolvimento. Crescimento econômico.

ABSTRACT

Local development and local productive arrangements (LPAs) play an important role in the regional economy. Understanding the impact of development policies on these LPAs is fundamental to promoting sustainable growth and innovation. The aim of this study is to evaluate the performance of policies to support local productive arrangements (APLs) in the state of Goiás, identifying how these policies affect economic growth, competitiveness and collaboration between local players. This research seeks to answer the following question: How do public policies influence the development of LPAs in Goiás? The main challenges faced by APLs in Goiás were analysed. Understanding these impacts is essential to guide the formulation of more effective policies and promote co-operation between companies, educational institutions and the government. To obtain relevant information, we conducted exploratory documentary research to collect data from official gazettes, published studies and statistical

yearbooks. The results obtained offer valuable insights for formulating more effective public policies in the future.

Keywords: Local Development. Local Productive Arrangements (LPAs). Development Policies. Economic Growth.

2.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, o interesse acadêmico e prático em torno dos arranjos produtivos locais (APLs) tem crescido, consideravelmente. Dias & Vieira (2024) apontam que a revisão da literatura acadêmica permitiu avançar no entendimento da interferência das políticas no sucesso dos APLs, bem como identificar as debilidades e potencialidades dessas políticas. Essas aglomerações geográficas de empresas e instituições compartilham recursos, conhecimento e experiência, criando sinergias que impulsionam a competitividade e o desenvolvimento econômico local.

Entender como as políticas públicas afetam esses APLs é essencial para otimizar seus impactos positivos. Na seção I investigou-se os APLs no Brasil e os fatores de participação em projetos e redes setoriais, e as parcerias estabelecidas com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial. A atuação governamental aparece intrínseca em cada fator estudado alinhado ao argumento de Barbosa (2016), sendo as políticas públicas essenciais para vantagens competitivas dos APLs. A seção II é fundamentada pela importância da participação estatal e das políticas de desenvolvimento apoio para as APLs.

Experiências exitosas, como o APL do Açafraão de Mara Rosa e o de Confeccões de Jaraguá, demonstram o potencial desses arranjos para transformar a realidade socioeconômica de diferentes regiões. No entanto, a simples presença de APLs não garante automaticamente o desenvolvimento. É crucial entender como as políticas públicas influenciam a formação, o crescimento e a competitividade de arranjos produtivos em cidades que possuam APLs em seus territórios.

Observando casos específicos de APLs no estado goiano, este estudo tem como objetivo analisar as políticas de apoio nos APLs goianos, investigando como elas moldam o crescimento econômico, a colaboração entre os atores locais e a competitividade. A análise será embasada em uma exploração documental sustentada por uma breve revisão da literatura, abrangendo autores relevantes que abordaram o tema.

O estudo divide-se na presente introdução seguida da segunda seção que detalha os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, a terceira seção apresenta e discute os resultados da análise das variáveis relevantes para os APLs em Goiás. As conclusões, por fim, são tratadas nas considerações parciais que trazem uma avaliação geral sobre a influência das políticas de apoio nos APLs goianos.

Compreender atuação das políticas nos APLs no estado de Goiás é fundamental para promover um ambiente propício à inovação, ao crescimento econômico e à colaboração em cidades que compartilham características semelhantes em seus territórios. Este estudo justifica-se por contribuir para aprimorar as políticas públicas de apoio aos APLs fortalecendo e impulsionando o desenvolvimento local e regional.

2.2 METODOLOGIA DE ESTUDO

A fim de analisar o impacto das políticas de apoio aos APLs no Estado de Goiás, realizou-se uma pesquisa documental exploratória. Essa metodologia utilizou de fontes secundárias e possibilitou a análise de documentos oficiais, relatórios e outras publicações relevantes, fornecendo uma visão abrangente do contexto em que os APLs operam.

A pesquisa incluiu a análise de dados publicados em sites de divulgação de estatísticas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado por meio do Instituto Mauro Borges (IMB) forneceu dados sobre o cenário econômico de Goiás, incluindo informações sobre o desempenho dos setores produtivos. O Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL) forneceu dados sobre os APLs existentes em Goiás, contribuindo para a identificação e caracterização dos arranjos produtivos no estado. A ferramenta de identificação e mapeamento de especializações produtivas, elaborada pelo Itaú Educação e Trabalho e baseada em dados da RAIS (2022) disponibilizados pelo Observatório da EPT, forneceu informações sobre a localização e a concentração de atividades econômicas no território goiano.

A análise de documentos como os relatórios de pesquisa realizados por Castro e Estevam (2009, 2009a, 2009b e 2009c) forneceu um panorama detalhado sobre a política de apoio aos APLs em Goiás. Acrescenta à análise, o levantamento de Monteiro (2023) publicado nos jornais do estado de Goiás forneceu informações sobre casos específicos de APLs e sobre os desafios e as perspectivas para o desenvolvimento desses arranjos.

A pesquisa documental exploratória possibilitou a identificação de políticas específicas, programas de incentivo e outras estratégias implementadas no território goiano para fomentar os APLs. Essa metodologia contribuiu para uma melhor compreensão de como as políticas

públicas estão apoiando ou desafiando o processo de formação e consolidação desses arranjos. Espera-se que os resultados da pesquisa auxiliem na formulação de recomendações e no aprimoramento das políticas de desenvolvimento em Goiás, servindo como base para a elaboração de políticas públicas mais eficazes que promovam o desenvolvimento local e regional.

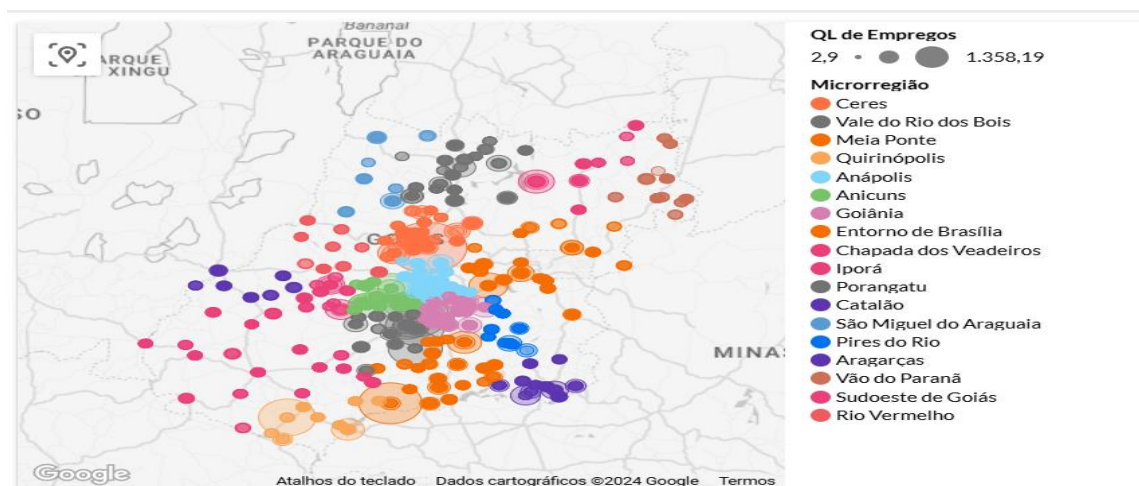
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise exploratória revela diferentes perspectivas sobre a quantidade de APL em Goiás, evidenciando a complexidade em se determinar um número preciso. Castro e Estevam (2009), em um estudo encomendado pelo BNDES, identificaram 56 APLs no estado, todos recebendo apoio de instituições públicas e privadas. Já o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL, 2020) relatou 22 APLs em Goiás. Mais recentemente, em 2023, o jornal goiano publicou que há 78 APLs no estado distribuídos em 46 cidades (Monteiro, 2023).

Os dados obtidos revelam que não existe um número singular e conclusivo para a quantidade de APL em Goiás. A metodologia empregada para identificação, os critérios de inclusão e os aspectos temporais da pesquisa afetam o resultado.

A ferramenta de identificação e mapeamento de especializações produtivas, visualizado na Figura 1, elaborada pelo Itaú Educação e Trabalho e baseada em dados da RAIS (2022) disponibilizada pelo Observatório da EPT (2024) marca no território as cidades e regiões de Goiás que possuem aglomerados industriais organizados em arranjos produtivos. Cada ponto no mapa mostra a importância que esses arranjos têm para a geração de empregos.

Figura 1 – Mapeamento de especializações produtivas em Goiás



Fonte: Observatório da EPT (2024).

A análise dos aglomerados produtivos em Goiás revela uma rede significativa de empresas e empregos concentrados em diversas regiões do estado. De acordo com o mapeamento, foram identificadas 4.134 empresas e 59.012 empregos vinculados a esses aglomerados. No entanto, ao comparar esses números com os dados do Observatório Brasileiro de APL (OBAPL, 2021) que identificou apenas 22 APL em Goiás, envolvendo 1.179 empresas e 34.875 funcionários, o que levanta a questão quanto ao número expressivo de empresas que podem não estar sendo contempladas pelas políticas de apoio institucional. Os dados do Observatório da EPT (2024) indicam que aproximadamente 2.955 empresas e 24.137 empregos mapeados não recebem o suporte institucional necessário.

2.3.1 Os efeitos das políticas de apoio no Estado de Goiás

Na seção I entendeu-se como compreensão das políticas públicas voltadas aos arranjos produtivos locais (APLs) é fundamental para o desenvolvimento regional e destacou-se a necessidade de considerar as especificidades territoriais e setoriais.

Almeida e Gomes (2018) exploraram o processo dessas políticas, fornecendo reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. Resultados indicam impactos positivos no Produto Interno Bruto (PIB) e no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Outro tema relevante é a segunda geração de APL, que envolve reformulações metodológicas. Vieira (2017) discutiu essa abordagem, considerando inovação e aprimoramento das experiências das políticas de APL no Brasil. Para o autor do artigo intitulado “Desafios e Perspectivas dos APLs de Segunda Geração” as políticas de primeira geração, iniciadas na década de 1990, foram projetadas para reforçar os esforços produtivos locais e aprimorar a especialização regional, mas enfrentaram críticas por seu foco administrativo e por não considerarem os contextos locais.

As políticas de segunda geração, introduzidas em 2012, visaram resolver essas deficiências adotando uma abordagem sistêmica que enfatiza o desenvolvimento regional abrangente, a colaboração intergovernamental, a inovação, a sustentabilidade e a integração de regiões carentes em uma estrutura nacional unificada de desenvolvimento de APL.

Os estudos realizados por Castro & Estevam (2009), encomendados pelo BNDES, fornecem um panorama detalhado sobre a política de apoio aos APL em Goiás. Esses documentos destacam, entre outros pontos, os desafios enfrentados pela primeira geração de

APL no estado, onde a escolha dos arranjos prioritários concentrou-se em setores estratégicos da economia goiana, como o farmacêutico e o de grãos, aves e suínos. No entanto, essa abordagem inicial focou principalmente em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, aproximando-se do conceito de clusters, sem considerar suficientemente as particularidades locais. Essa perspectiva se alinha às críticas de Vieira (2017) à primeira geração de APL no Brasil.

Com a mudança de foco do governo federal, em 2003, as políticas de apoio direcionaram-se para APLs de micro e pequenos negócios, principalmente em áreas menos desenvolvidas. Essa mudança impactou diretamente a realidade de Goiás, concentrando o apoio em setores tradicionais e intensivos em mão de obra, que, apesar de terem baixo impacto na economia estadual, possuem grande relevância social. Embora essa reorientação buscasse fomentar a geração de emprego e renda, ela pode ter acentuado o "vazio de políticas" em setores mais estruturados da economia goiana. Para Antero (2020) os APL são contextos favoráveis ao desenvolvimento, justificando a intensificação das ações dos representantes do poder público para apoiar seu desenvolvimento.

Outro ponto crucial levantado por Castro & Estevam (2009) é a falta de articulação entre as diferentes esferas de governo e a desarticulação entre os diversos programas de apoio aos APLs. Essa ausência de coordenação limita os resultados das políticas públicas no estado. A necessidade de uma abordagem sistêmica, que leve em consideração as especificidades territoriais e setoriais, como apontado por Almeida e Gomes (2018) e Vieira (2017), é fundamental para o sucesso das políticas de APL em Goiás. A Figura 2 mostra que, desde 2009, as pesquisas apontavam os desafios e as recomendações para o desenvolvimento de políticas para APLs.

Figura 2 – Desafios da articulação nas políticas de apoio aos APLs em Goiás



Fonte: Castro & Estevam (2009). Elaboração própria, 2024.

Apesar desses desafios, os estudos do BNDS também destacam exemplos positivos de APLs em Goiás que conseguiram integrar a inovação como eixo estratégico de desenvolvimento. Casos como o APL de quartzito de Pirenópolis e o de açafrão de Mara Rosa ilustram o potencial da articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas para o desenvolvimento de produtos com maior valor agregado. Essas experiências reforçam a importância da inovação para o desenvolvimento regional, uma questão central na análise de Vieira (2017) sobre a segunda geração de APL.

2.3.2 Aglomerados Produtivos sem apoio institucional em Goiás

Os documentos analisados, especificamente o estudo realizado por Castro & Estevam (2009) para o BNDES, indicam que, em 2004, o SEBRAE identificou 33 aglomerações produtivas especializadas no estado de Goiás. Destas, 16 não receberam e nunca haviam recebido apoio de políticas públicas baseadas na abordagem de APL.

O quadro 1 extraído do documento "Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiás: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio", presente no Relatório de Pesquisa 01 de Castro & Estevam (2009), lista essas aglomerações que permaneciam sem suporte institucional.

Quadro 1– Aglomerações Identificadas pelo SEBRAE que não são Objeto de Apoio de Políticas Públicas (2009)

Município Pólo	Aglomerações
Aparecida de Goiânia	Agregados e Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento e Gesso de Aparecida de Goiânia
Luziânia	Agregados e Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento e Gesso de Luziânia
Goiânia	Atividades de Atenção à Saúde
Itaberaí	Aves Itaberaí
Goiânia	Ensino Superior
Anápolis	Fabricação de Bebidas Anápolis
Itumbiara	Indústria de Alimentos Itumbiara
Goiânia	Indústria de Alimentos Região de Goiás
Aparecida de Goiânia	Indústria de Artefatos de Plástico

Aparecida de Goiânia	Indústria de Produtos de Metal de Aparecida
Anápolis	Indústria de Produtos de Metal de Anápolis
Itumbiara	Indústria de Produtos de Metal de Itumbiara
Catalão	Minero-Químico de Catalão e Ouvidor
Anápolis	Processamento de Grãos Goiânia Anápolis
Itumbiara	Processamento de Grãos Itumbiara
Anápolis	Produtos Cerâmicos e Minerais Não Metálicos de Anápolis

Fonte: Adaptado de Castro & Estevam (2009, p. 24).

O estudo de Castro & Estevam (2009) destaca que a escassez de recursos e a limitada capacidade de ação das instituições públicas exigem a priorização de aglomerações estratégicas. No entanto, dentre as 16 aglomerações produtivas, que não contam com suporte institucional, quatro são particularmente relevantes e, conforme Castro & Estevam (2009), precisam de atenção especial por parte dos formuladores de políticas públicas: 1. Atividades de Atenção à Saúde em Goiânia; 2. Processamento de Soja em Goiânia/Anápolis e Itumbiara; 3. Produtos Cerâmicos e Minerais Não Metálicos em Anápolis.

Embora o referido estudo tenha identificado 56 APLs apoiados em Goiás, as políticas públicas têm se concentrado majoritariamente em arranjos de micro e pequenos negócios, especialmente, em áreas menos desenvolvidas. Essa abordagem, embora justificada pela busca por geração de emprego e renda, resulta em um "vazio de políticas" nos setores mais estruturados e dinâmicos da economia goiana, como os mencionados acima.

A falta de apoio institucional a esses aglomerados produtivos representa um significativo desafio para o desenvolvimento econômico de Goiás. A articulação de políticas públicas que promovam a organização, o planejamento, a qualificação profissional, a assistência técnica e tecnológica, o acesso ao crédito e a comercialização é fundamental para o crescimento dessas aglomerações e, conseqüentemente, para o avanço econômico e social do estado.

2.3.3 O planejamento estatal voltado as políticas de apoio as APLs em Goiás

Para um cenário atual das políticas de apoio ao APL em Goiás, os Planos Plurianuais do estado de Goiás (PPAs) são indicativos das ações esperadas para essa área. De acordo com o Plano Plurianual PPA de 2024-2027 os APLs terão recursos de R\$ 3.521.880,70, destinados a ações relacionadas com apoio aos APLs.

O estudo de Vieira (2017) abordou as políticas de 1ª geração que caracterizam-se por enfatizar o aprimoramento da produção e a estruturação fundamental dos APLs, abrangendo iniciativas como incentivos fiscais e de crédito, investimentos em infraestrutura essencial (como energia e transporte), promovendo o apoio ao estabelecimento de centros tecnológicos e serviços compartilhados e as políticas de 2ª geração que abrangem um espectro mais amplo, com o objetivo de impulsionar a competitividade e a inovação nos APLs. As iniciativas típicas incluem apoio gerencial, governança e capacitação empresarial, incentivos à colaboração entre empresas e partes interessadas locais, promoção da inovação, pesquisa e avanço tecnológico, bem como a facilitação de esforços conjuntos de marketing e comercialização.

Ao examinar as ações delineadas no Plano Plurianual PPA 2024-2027 do estado, particularmente a iniciativa “Fomento aos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Goiás - APLs” dentro do programa “1054 - GOIÁS DO CRESCIMENTO E DO EMPREENDEDORISMO”, se identificou o planejamento de ações como: 1. Assessoria técnica e financeira; 2. Disposições de treinamento e qualificação; 3. Palestras e/ou consultorias; 4. Serviços jurídicos e contábeis alinham-se com as características das políticas de 2ª geração.

A ênfase em orientação técnica, treinamento, serviços gerenciais e apoio à formalização de cooperativas significa um esforço para transcender o mero suporte básico à produção, fortalecendo assim a gestão, a colaboração e a competitividade dos APLs em Goiás. Essas ações integradas e estratégicas correspondem aos objetivos das políticas de 2ª Geração, que aspiram não só a estruturar, mas também a revigorar e inovar os APLs.

2.3.4 Os impactos dos APLs no estado de Goiás

Em Goiás, os APLs se multiplicaram, impulsionando a economia local, gerando empregos e aprimorando a qualidade dos produtos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social da região. Esses APLs estão distribuídos por todo o estado, abrangendo uma variedade de setores produtivos conforme o mapeamento de Monteiro (2023) publicado em jornal do estado de Goiás.

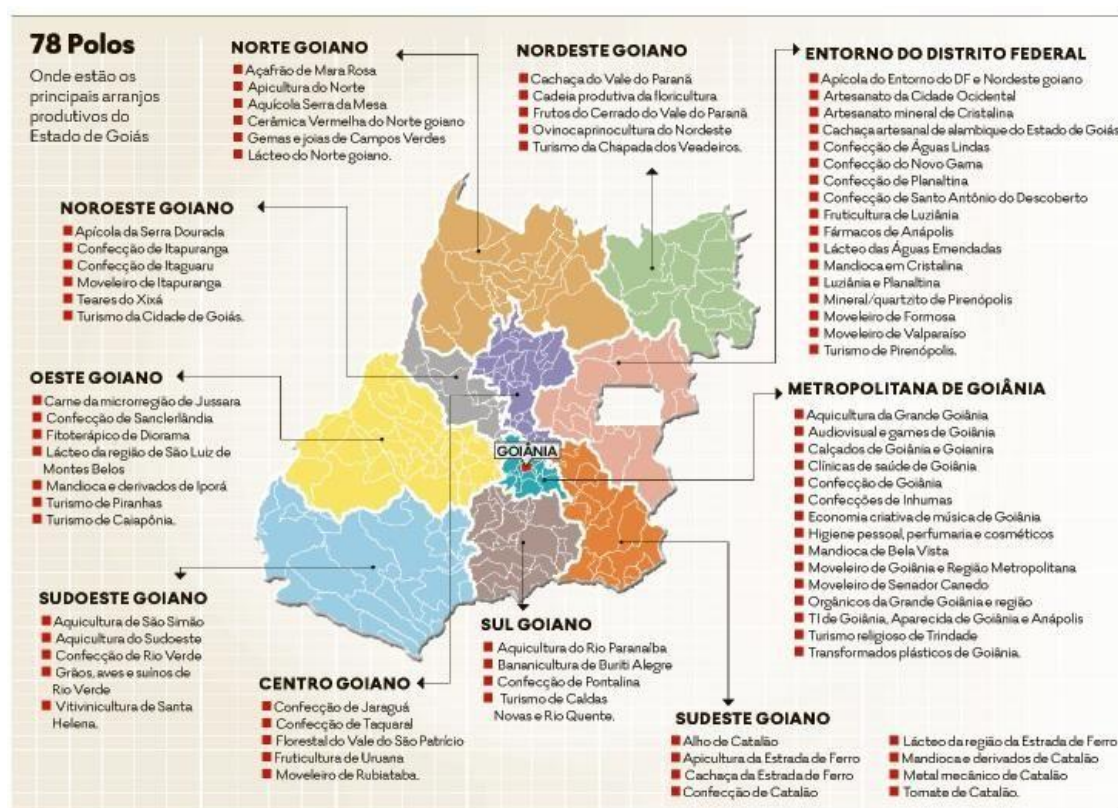
No Noroeste Goiano, atividades como Agricultura e Pecuária Modernas são predominantes, enquanto no Norte Goiano, o Açafrão de Mara Rosa e a Apicultura do Norte são atividades econômicas significativas. No Nordeste Goiano, a Apicultura do Entorno do DF e Nordeste Goiano são destaques.

Na região do Entorno do Distrito Federal, a produção de Cachaça do Vale do Paraná e a Fruticultura do Vale do Paraná são atividades importantes. No Sudoeste Goiano, a Aquicultura de São Simão e a Confecção de Rio Verde são atividades econômicas principais. No Sul Goiano, a produção de grãos, aves e suínos em Rio Verde é um destaque.

No Centro Goiano, a Confecção de Jaraguá e a produção Florestal do Vale do São Patrício são atividades econômicas significativas. Na região Metropolitana de Goiânia, atividades como a Aquicultura da Grande Goiânia, a produção de Fármacos de Anápolis e a Confecção de Goiânia são destacadas.

Os APLs em Goiás se espalharam por todas as regiões nos últimos anos (Figura 3), já se tornaram verdadeiros polos econômicos. Muitos já são velhos conhecidos, como o de Açafão de Mara Rosa ou o de Confeções de Jaraguá, enquanto outros se estruturam.

Figura 3 – APLs em Goiás



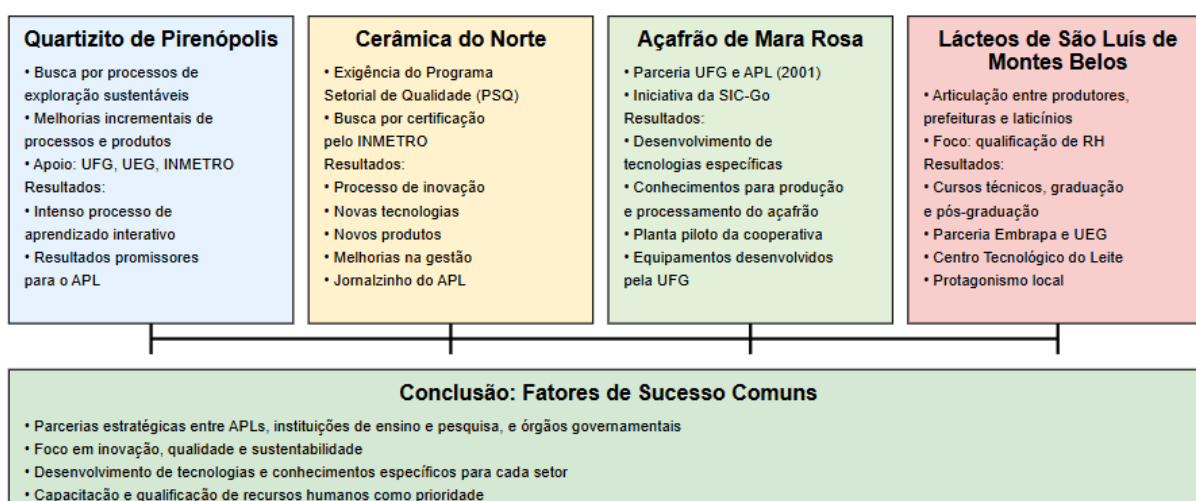
Fonte: Monteiro (2023)

A implementação da política de apoio aos APLs não beneficia apenas as empresas que compõem o segmento, mas também engloba e beneficia ramos diferentes do foco principal, gerando benefícios para grande parte da população local.

Castro & Estevam (2009) elucidaram as vantagens decorrentes da execução da política de APL no estado de Goiás. Segundo os autores, embora a ênfase principal dessa política esteja voltada para o aprimoramento das micro e pequenas empresas, suas repercussões benéficas permeiam diversos setores da economia local e impactam a população em geral, especialmente em regiões caracterizadas por déficits de desenvolvimento.

Os autores pontuam os cases de sucesso no desenvolvimento de novas tecnologias e capacitação, o estado como mostra a Figura 4.

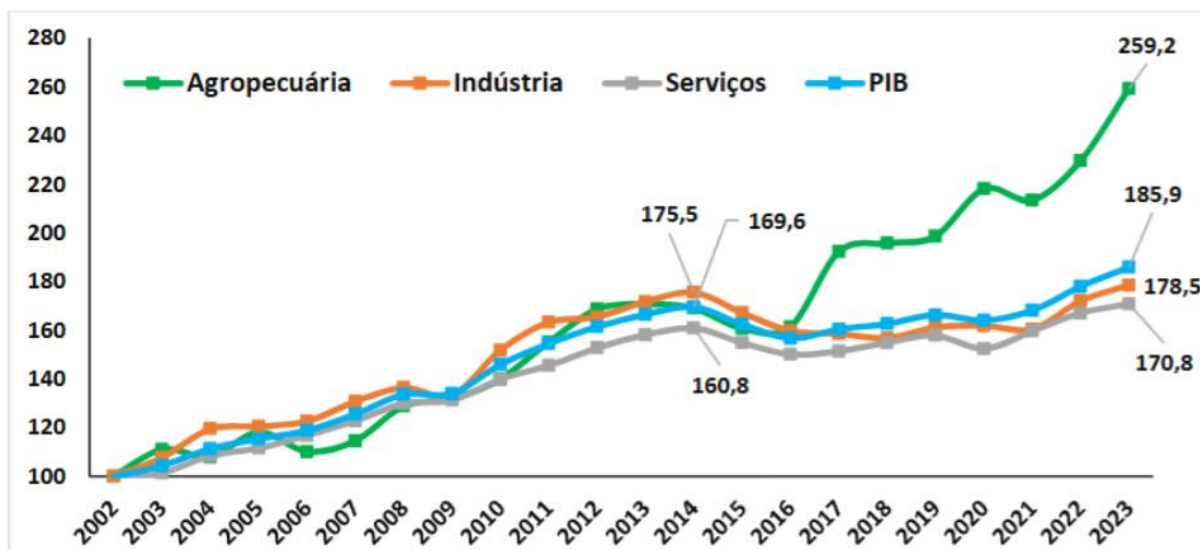
Figura 4 – Experiências exitosas de capacitação empresarial e avanços tecnológicos em APL em Goiás



Fonte: Castro & Estevam (2009). Elaboração própria, 2024

Para Castro & Estevam (2009), um exemplo notável é a cadeia produtiva de processamento de carne. O desenvolvimento da produção de insumos para essa cadeia, como máquinas e equipamentos, é impulsionado pela política de apoio aos APLs, que, simultaneamente, beneficia outros setores da indústria local.

Neste cenário, a atividade agropecuária é a grande protagonista desses números favoráveis, que advêm do êxito no cultivo de diversos produtos como a soja, o milho e o açúcar, bem como a produção da atividade de aves e bovinos (Goiás, 2023a). Dados do IBGE publicados pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2024) dão conta do cenário favorável ao setor agropecuário pode ser verificado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Média anual do número índice de volume dos setores e do PIB em Goiás

Fonte: Relatório Conjuntural da Economia Goiana 2023 - IMB - 2024

Conforme Goiás (2023b), a situação e a proporção dos APL em Goiás amplificaram-se desde os estudos encomendados pelo BNDS, em 2009, e se diversificaram, chegando ao número de quase 80 arranjos em 28 setores produtivos distribuídos por 46 cidades pelo que impulsionam a economia local, geram empregos e aprimoram a qualidade dos produtos indicando que pode haver sinergia da atividade agropecuária e dos APLs no estado. No Gráfico 9, sobre a participação dos APLs nos segmentos da economia (primário, secundário e terciário), em 2021, mais de 50% dos APLs de Goiás estavam relacionadas com atividades do setor primário.

2.3.4.1 Impactos Econômicos e Sociais dos APLs

Os APLs são importantes para o aumento da produção e circulação de bens e serviços porque incentivam a cooperação entre empresas e empreendimentos locais, levando a uma maior eficiência na produção. Essa eficiência se manifesta através da divisão do trabalho e especialização, fornecimento rápido, acesso a mercados mais amplos, formação de mão de obra qualificada, rede de fornecedores locais, e cooperação e aprendizado mútuo. Martins (2017) corrobora com essa afirmação, destacando que as empresas que se alinham à grande indústria moderna e cooperam entre si, demonstram taxas de crescimento ascendentes em seus produtos, gerando inovação e mobilizando outros setores da economia.

Quando as empresas trabalham juntas em um APL, elas podem compartilhar recursos, conhecimentos e tecnologias, o que pode levar a melhorias na qualidade e na quantidade de produtos ou serviços produzidos. Isso, por sua vez, pode levar a um aumento na produção (Castro et al., 2009).

Eles também podem ajudar a atrair investimentos e a criar redes de fornecedores e distribuidores, o que pode melhorar a logística e a eficiência da cadeia de suprimentos. Um exemplo é Região da 44 em Goiânia, um polo atacadista de moda em grande expansão, atraindo compradores de todo o Brasil e até do exterior. Essa movimentação intensa de comerciantes exige uma estrutura logística complexa para suprir a demanda. Conforme o Estudo de Impacto de Vizinhança do Park Empreendimentos Comerciais S/A (2018), o fluxo de pessoas no Mega Moda, um empreendimento do mesmo Grupo empreendedor, só em dezembro de 2017 foi de mais de 1.300.000. Segundo o mesmo estudo, a expectativa para o ano de 2018 foi de 10 milhões de visitantes em toda a Região da 44, justificando o investimento do complexo Mega Modas Park na região.

Em última análise, o aumento da produção e circulação de bens e serviços pode levar a um crescimento econômico robusto. Todaro & Smith (2015) afirmam que isso pode contribuir para a atração de mais investimentos na região, o que pode gerar um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento econômico.

Em relação ao desenvolvimento social, os APLs são responsáveis pela geração de emprego e renda. Eles também promovem a qualificação da mão de obra, o que resulta na redução das desigualdades sociais.

Ao promover a cooperação e a interação entre empresas e empreendimento locais, os APLs ajudam a criar empregos e oportunidades de negócios. Isso não só aumenta a renda para os indivíduos envolvidos, mas também contribui para a economia local como um todo (Castro et al., 2009).

Além disso, os APLs desempenham um papel importante na promoção da qualificação da mão de obra. Eles fornecem um ambiente onde os trabalhadores podem aprender novas habilidades e melhorar suas capacidades existentes. Isso pode incluir treinamento em novas tecnologias, técnicas de produção ou gestão de negócios. Experiências exitosas de capacitação empresarial e avanços tecnológicos em APLs em Goiás foram registradas na Figura 4 sobre as experiências exitosas de capacitação empresarial e avanços tecnológicos.

Essa qualificação da mão de obra não só aumenta a produtividade e a eficiência das empresas locais, mas também pode levar a salários mais altos e melhores condições de trabalho

para os trabalhadores corroborando com o que foi mencionado na seção I que indicou como fator para o sucesso de APL a parceria com instituições de ensino e de capacitação

A geração de emprego e renda e a qualificação da mão de obra, por sua vez, contribuem para a redução das desigualdades sociais. Ao proporcionar oportunidades de emprego e renda para uma ampla gama de pessoas, os APLs ajudam a nivelar o campo de jogo e a dar a todos uma chance justa de sucesso. Além disso, ao promover a qualificação da mão de obra, eles ajudam a garantir que todos tenham as habilidades necessárias para aproveitar essas oportunidades (Castro et al., 2009).

Deste modo, os APLs têm contribuído para o desenvolvimento local endógeno, dependendo de atividades econômicas com alto potencial de geração de valor agregado e da distribuição equitativa desse valor no âmbito das sociedades. As políticas são voltadas menos para a empresa em si e mais para o sistema territorial de produção, aos mecanismos endógenos capazes de criar as sinergias e inter-relações entre os atores, com vistas a estimular as capacidades de inovação e adaptação.

A cooperação entre instituições públicas e privadas e a coordenação de ações transversais foram determinantes para geração de externalidades econômicas locais para consolidação dos APLs. Para os agricultores familiares, busca-se a manutenção da população rural, evitando a concentração ou melhorando a distribuição da renda (CASTRO et al., 2009).

Portanto, conforme menciona Castro & Estevam (2009), os APLs em Goiás representam um modelo de desenvolvimento econômico e social que valoriza o potencial local para pequena e média empresas e promove a cooperação entre diversos atores. Eles têm demonstrado ser uma estratégia eficaz para estimular a inovação e as políticas de 2ª geração, melhorando a distribuição de renda, e fortalecer a economia local. Por intermédio da governança eficaz e da capacitação contínua dos agentes envolvidos, os APLs têm conseguido adaptar-se às mudanças do mercado e responder às necessidades da comunidade. Os APLs em Goiás são um motor vital para o crescimento sustentável e inclusivo da região.

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este estudo buscou entender como as políticas públicas afetam os APLs em Goiás, Brasil. A análise dos resultados revelou que as políticas de apoio têm um impacto significativo nos APLs, fornecendo o quadro regulatório e de apoio dentro do qual os APLs operam.

Os resultados obtidos destacam a importância de expandir e integrar as políticas públicas voltadas aos APLs. Como evidenciado pela disparidade entre os dados do Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL) e do Instituto Itaú Educação e Trabalho, há uma clara necessidade de incluir um maior número de empresas nos programas de apoio, o que poderia potencializar o impacto positivo dessas aglomerações no desenvolvimento regional. Sem uma abordagem mais abrangente, as limitações atuais das políticas de apoio resultam em dificuldades para o crescimento sustentável das empresas e restrições na competitividade econômica dos aglomerados.

Além disso, a mudança de foco das políticas públicas, em 2003, que passaram a priorizar os APLs de micro e pequenas empresas em setores tradicionais e intensivos em mão de obra, trouxe implicações significativas para a economia de Goiás. Embora essa reorientação tenha buscado aumentar a geração de emprego e renda, ela também gerou um "vazio de políticas" em setores mais estruturados da economia, especialmente em aglomerados produtivos maiores que podem ter sido negligenciados em razão de motivações eleitorais. Essa priorização pode, portanto, não atender completamente as necessidades de desenvolvimento regional, evidenciando a necessidade de um maior equilíbrio nas políticas de apoio.

A análise também revela a complexidade da gestão de recursos limitados, que força a priorização de aglomerações estratégicas em detrimento de outras igualmente relevantes, como observado no caso de quatro APLs em Goiás que, apesar de sua importância, não recebem suporte institucional. Essa situação reflete uma falta de articulação tanto nas esferas públicas quanto privadas, o que compromete o desenvolvimento de políticas que promovam a organização, o planejamento, e o suporte técnico necessário para fortalecer os APLs e, por conseguinte, a economia regional.

Por outro lado, a desarticulação entre as diferentes esferas de governo, como apontado por Castro & Estevam (2009), continua a ser um obstáculo significativo. A falta de coordenação entre os programas de apoio aos APLs limita os resultados das políticas públicas, demonstrando a necessidade de uma abordagem mais sistêmica e integrada, que considere as especificidades territoriais e setoriais. Embora o estado de Goiás tenha incluído os APLs em sua pauta política, a ausência de um suporte federal consistente, como indicado no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, agrava essa desarticulação, colocando em risco o sucesso das iniciativas estaduais.

Contudo, apesar desses desafios, existem exemplos positivos em Goiás, onde APLs conseguiram integrar a inovação como eixo estratégico de desenvolvimento. Casos como o APL de quartzito em Pirenópolis e o de açafraão em Mara Rosa demonstram o potencial da articulação entre universidades, centros de pesquisa, e empresas, alinhando-se com as características das

políticas de segunda geração. As ações previstas no PPA 2024-2027, que incluem assessoria técnica, qualificação, e serviços jurídicos e contábeis, estão em consonância com essas políticas mais avançadas, mostrando um movimento positivo em direção ao fortalecimento dos APL.

Adicionalmente, o ambiente favorável ao agronegócio em Goiás entre 2009 e 2023 parece ter impulsionado não apenas os APLs do setor primário, mas também outros setores, como indicado pelo crescimento significativo da indústria e dos serviços no estado. Esse desenvolvimento sugere uma interconexão entre as políticas voltadas ao agronegócio e o fortalecimento de outras áreas econômicas, inclusive na capital, Goiânia, onde a atração de investimentos e a formação de redes de APLs têm sido estratégicas, especialmente em polos como a Região da 44, que se destaca como um importante centro comercial atacadista.

Em conclusão, este estudo contribui para a compreensão do impacto das políticas de desenvolvimento nos APLs em Goiás. Os resultados destacam a importância de políticas bem projetadas e implementadas para apoiar efetivamente o desenvolvimento dos APLs. Além disso, o estudo ressalta a necessidade de abordar os desafios identificados para maximizar o impacto dos APLs. Espera-se que esse estudo possa informar a formulação de políticas futuras e promover o desenvolvimento econômico e social em Goiás e outras localidades.

SEÇÃO III - A EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO “DESENVOLVIMENTISTA” NO TERRITÓRIO DE GOIÂNIA

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a efetividade da legislação desenvolvimentista no território de Goiânia, com o objetivo de entender como o planejamento estatal e as políticas de desenvolvimento regional influenciaram a evolução econômica da cidade. A motivação para esta pesquisa reside na necessidade de compreender as dinâmicas de desenvolvimento urbano e econômico em contextos específicos, como Goiânia, e como as políticas públicas podem moldar essas dinâmicas. O problema de pesquisa central é entender como a legislação desenvolvimentista afetou o desenvolvimento econômico de Goiânia. A justificativa para este estudo é que, ao entender a relação entre planejamento estatal e desenvolvimento regional, podemos contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A metodologia adotada neste estudo é uma combinação do método histórico, que busca entender a influência do passado na sociedade atual, e uma abordagem qualitativa, que envolve uma revisão bibliográfica e documental abrangente. Foram analisados artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados entre 1987 e 2023, selecionados com base em critérios de relevância para o tema, acesso aberto e disponibilidade em português ou inglês. Os resultados desta pesquisa mostram que o planejamento estatal em Goiânia teve um impacto significativo no desenvolvimento econômico local. A análise dos documentos selecionados permitiu uma compreensão abrangente da evolução das políticas de planejamento urbano em Goiânia e como elas moldaram o desenvolvimento econômico da cidade. Em conclusão, este estudo destaca a importância do planejamento estatal e das políticas de desenvolvimento regional no moldar do desenvolvimento econômico de Goiânia. Ele contribui para a discussão mais ampla sobre políticas de desenvolvimento e oferece informações sobre como o planejamento estatal pode influenciar o desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Legislação Desenvolvimentista; Planejamento Estatal; Políticas de Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This study aims to analyze the effectiveness of developmentalist legislation in the territory of Goiânia, with the objective of understanding how state planning and regional development policies influenced the city's economic evolution. The motivation for this research lies in the need

to understand the dynamics of urban and economic development in specific contexts, such as Goiânia, and how public policies can shape these dynamics. The central research problem is to understand how developmentalist legislation affected Goiânia's economic development. The justification for this study is that by understanding the relationship between state planning and regional development, we can contribute to the formulation of more effective public policies. The methodology adopted in this study is a combination of the historical method, which seeks to understand the influence of the past on current society, and a qualitative approach, which involves a comprehensive bibliographic and documentary review. Scientific articles, theses, dissertations, and official documents published between 1987 and 2023 were analyzed, selected based on criteria of relevance to the theme, open access, and availability in Portuguese or English. The results of this research show that state planning in Goiânia had a significant impact on local economic development. The analysis of the selected documents allowed a comprehensive understanding of the evolution of urban planning policies in Goiânia and how they shaped the city's economic development. In conclusion, this study highlights the importance of state planning and regional development policies in shaping Goiânia's economic development. It contributes to the broader discussion on development policies and provides information on how state planning can influence regional development.

Keywords: Developmentalist Legislation; State Planning; Regional Development Policies.

3.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade é um processo influenciado por uma variedade de fatores, incluindo políticas públicas, planejamento estatal e legislação. Entre esses, a legislação desenvolvimentista desempenha um papel fundamental na modelagem do crescimento e desenvolvimento de uma cidade. Este estudo se propõe a analisar a efetividade da legislação desenvolvimentista no território de uma cidade planejada para ser uma metrópole regional. A cidade de Goiânia, assim todas as metrópoles brasileiras, enfrenta o desafio de promover o desenvolvimento econômico local de forma sustentável e inclusiva. Nesse contexto, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) têm se destacado como importantes motores de crescimento, impulsionando a economia local, gerando empregos e aprimorando a qualidade dos produtos.

Observando o caso específico da capital goiana, este estudo tem como objetivo analisar a efetividade da legislação territorial urbana promovida nos últimos planos diretores de Goiânia

com foco nos APLs, investigando como o território molda o crescimento econômico, a colaboração entre os atores locais e a competitividade.

As seções I e II trataram da interferência das políticas públicas no sucesso dos APLs, destacando que a mera existência de APLs e de políticas de apoio não garante resultados positivos nos territórios. A seção I apresenta o caso dos APLs de móveis industriais em Arapongas, onde, apesar das políticas públicas, a fraca estrutura institucional e as relações sociais frágeis dificultaram a criação de confiança e competitividade, limitando o impacto positivo no desenvolvimento do APL. A relevância deste estudo está em demonstrar que, ao aprofundar o entendimento da interação entre planejamento estatal e desenvolvimento regional, pode-se contribuir de forma significativa para a formulação de políticas públicas eficazes.

Essa seção III apresenta a seguinte estrutura: após esta introdução, o segundo item aborda o referencial teórico sobre o desenvolvimento urbano e econômico de Goiânia, com foco na legislação urbanística e nos APLs. O terceiro item detalha os procedimentos metodológicos utilizados, incluindo a combinação do método histórico com a abordagem qualitativa e a análise de documentos. No quarto item, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, com foco na efetividade da legislação desenvolvimentista em diferentes períodos. Por fim, as conclusões trazem uma avaliação geral da influência do planejamento estatal no desenvolvimento econômico de Goiânia e sua relação com os APLs.

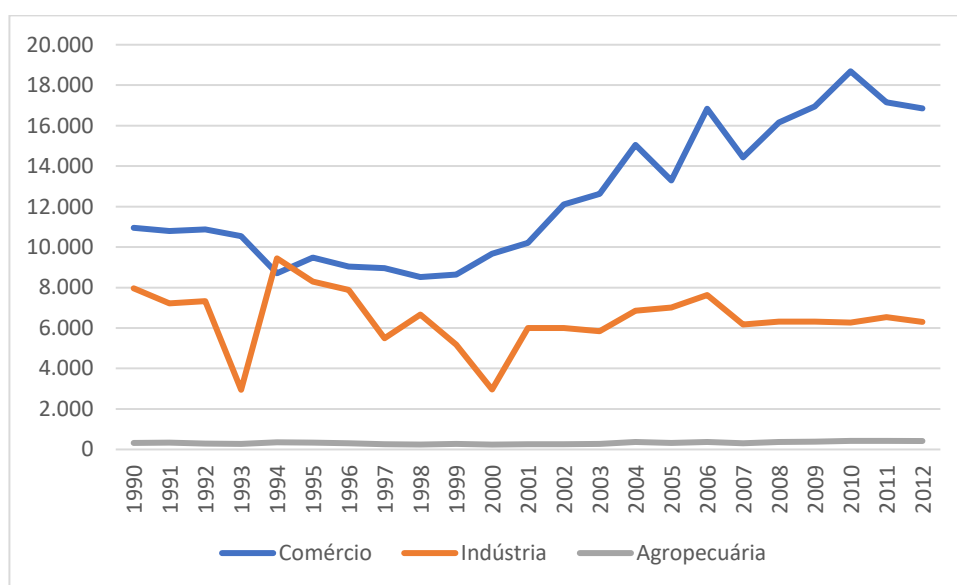
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

É crucial iniciar o referencial teórico contextualizando o desenvolvimento no Brasil e sua influência em Goiânia. A ascensão do desenvolvimentismo no Brasil, impulsionado pela crise de 1929 e intensificado após a Segunda Guerra Mundial, marcou uma era de investimentos estatais em infraestrutura e industrialização. Autores como Cano (2014) e Costa Júnior (1976) exploraram esse período, destacando o papel do Estado como indutor do crescimento econômico. Em Goiânia, essa tendência se manifestou na criação de planos diretores que visavam direcionar o crescimento urbano e estimular a industrialização local, como observado por Arrais (2007) e Vieira (2011).

3.2.1 A Transição para o Neoliberalismo e o Impacto nos APLs

A partir da década de 1990, o Brasil passou por uma transição para o neoliberalismo, com a implementação de políticas de liberalização econômica e privatização. Esse novo modelo impactou profundamente o desenvolvimento urbano e os APLs. Em Goiânia, o foco se deslocou para o setor de comércio e serviços, como ilustrado no Gráfico 9, enquanto a indústria local enfrentava dificuldades para competir com regiões mais industrializadas do país. Esse processo de desindustrialização e a ascensão do setor terciário foram analisados por autores como Sachs e Warner (1992), que discutiram os desafios da integração global para economias em desenvolvimento.

Gráfico 9 – Estoque de Emprego em Goiânia por Setor Econômico e Faixa Etária (25 a 29 anos) - 1990-2012



Fonte: Anuário Unificado da Prefeitura de Goiânia - SEMDUS/DPESE/DVPEE/DVESE. (Goiânia, 2013).
Elaboração própria (2024)

3.2.2 O Novo-Desenvolvimentismo e os Desafios Atuais

Nos anos 2000, o Brasil vivenciou o surgimento do novo-desenvolvimentismo, uma abordagem que busca combinar políticas de mercado com a intervenção estatal para promover o desenvolvimento econômico e social. Villaverde e Rego (2019) argumentam que o novo-desenvolvimentismo enfrenta o desafio de superar a estagnação estrutural da economia brasileira, buscando alternativas para retomar o crescimento. A implementação do novo-

desenvolvimentismo em Goiânia e seu impacto nos APLs exigem uma análise aprofundada, considerando os desafios e as oportunidades desse modelo.

3.2.3 Legislação Urbanística e Planos Diretores de Goiânia

A análise da legislação urbanística e dos Planos Diretores de Goiânia é fundamental para compreender como as políticas de desenvolvimento se materializaram no território. Desde os primeiros planos diretores, elaborados na década de 1930, até o Plano Diretor de 2022, a cidade passou por diferentes abordagens de planejamento, buscando conciliar o crescimento urbano com o desenvolvimento econômico e social. Mota (2004) e Rodovalho (2008) exploraram a trajetória dos planos diretores de Goiânia, destacando os desafios de implementação e os conflitos entre diferentes visões de cidade.

3.3 METODOLOGIA

Com base nos objetivos apresentados na introdução, a metodologia deste estudo integra abordagens históricas e qualitativas para investigar a eficácia da legislação desenvolvimentista em Goiânia e sua influência no desenvolvimento econômico da cidade, com especial atenção aos APLs. A pesquisa dedica-se à análise de documentos históricos, como leis, decretos e planos diretores, produzidos no período de 1969 a 2022, abrangendo desde o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), de 1969, até o Plano Diretor de 2022.

O método histórico será utilizado para mapear a evolução da legislação urbanística em Goiânia, com ênfase nas políticas voltadas ao desenvolvimento econômico. A análise buscará identificar as diferentes fases do planejamento estatal, os marcos legais que influenciaram o desenvolvimento da cidade e os mecanismos implementados para promover esse crescimento. A abordagem qualitativa será empregada para aprofundar o estudo do conteúdo legislativo de cada período, com o objetivo de compreender os propósitos, instrumentos e mecanismos de promoção do desenvolvimento econômico, com ênfase nos APLs.

A combinação do método histórico com a abordagem qualitativa permitirá traçar um panorama abrangente da legislação desenvolvimentista em Goiânia e avaliar seus efeitos no desenvolvimento econômico da cidade, com enfoque nos APLs.

3.4 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÂNIA

3.5.1 PDIG de 1933 a 1968

Goiânia foi uma cidade projetada e erguida na década de 1930 como a nova capital de Goiás, foi estabelecida sob o símbolo do progresso durante a “Marcha para o Oeste”, representando uma transição para a modernidade e o planejamento urbano como um instrumento de desenvolvimento regional, conforme apontado por Guimarães (2018).

A cidade experimentou um crescimento populacional e urbano intenso e desorganizado nas décadas seguintes. Por volta de 1950, a população de Goiânia chegava a 53.000 habitantes (Souza; Colesanti, 2018) e em 1960, conforme Mota (2004) a população migrante da cidade era de 101.254 habitantes, correspondendo a 67,05% do total, equivalente a 151.013 habitantes (IBGE, 1960).

O rápido crescimento populacional foi principalmente impulsionado pela migração, sendo a construção de Brasília um fator chave nesse processo. Na década de 1940, a população cresceu 100,27%, atingindo 52.201 habitantes em 1950. (IBGE, 1940, 1950).

A “explosão” demográfica ocorreu com a construção de Brasília: entre 1950 e 1960, a cidade teve o segundo maior crescimento populacional no país (Morais, 1991) e sua população saltou de 52.201 para 151.013 habitantes, um aumento de 189,29% (IBGE, 1950, 1960).

Em face dessa expansão acelerada, Goiânia buscou seus primeiros planos diretores na década de 1960, com o objetivo de orientar e regular seu desenvolvimento. Mota (2004) relata que Goiânia, desde sua fundação planejada na década de 1930, tinha várias de suas funções administrativas e serviços urbanos realizados pelo governo estadual, por ser uma cidade capital. Isso incluía setores como fornecimento de água, pavimentação, sistema viário e até mesmo o planejamento urbano.

A autora relata que o primeiro plano foi elaborado entre 1960-1964 pelo arquiteto paulista Luís Saia, contratado pela Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas para elaborar o primeiro plano diretor pós-fundação, ele se deparou com essa dualidade administrativo-política. Seu contrato previa formar uma equipe local para dar continuidade ao planejamento na cidade, mas a prefeitura de Goiânia também reivindicava essa atribuição, visando consolidar sua autonomia municipal. O trabalho acabou sendo conduzido de forma individual por Saia, refletindo sua concepção pessoal para a cidade, segundo Mota (2004).

Embora inovador ao propor a criação de um “Fundo Operativo de Investimentos” para viabilizar os planos e articular diferentes escalas de governo, o trabalho de Saia não foi

concluído, conforme apontado por Mota (2004). O embate de forças ficou evidente em 1961, quando um decreto estadual transferiu o setor de urbanismo para a prefeitura, determinando que o plano de Saia deveria ser aprovado pela Câmara Municipal.

No entanto, as disputas continuaram nos anos seguintes, com o poder local tendo dificuldades para estruturar de fato seu próprio setor de planejamento urbano. Somente com a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em 1964, e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), em 1968-1969, é que se institucionalizou definitivamente um quadro técnico permanente de planejamento na esfera municipal, com a formação da Superintendência do Plano (SUPERPLAN) (Mota, 2004). Essa institucionalização local do planejamento foi fundamental para promover o desenvolvimento econômico ordenado da cidade nos anos seguintes.

Foi com o segundo plano diretor, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1968-1969, que a cidade obteve seu primeiro plano implementado. Elaborado pelo consórcio do arquiteto Jorge Wilhelm com a empresa Serete Engenharia, dentro das novas diretrizes do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o PDIG adotou uma abordagem multidisciplinar e integrada (Wilhelm, 1969a; Mota, 2004).

Para operacionalizar a aplicação do plano, a prefeitura de Goiânia publicou o decreto nº 9406, de 20 de agosto de 1970, que aprovou o regimento interno do escritório de planejamento, extinguindo no mesmo decreto a Superintendência do Planejamento de Desenvolvimento, órgão criado pelo PDIG de 1962. A estrutura administrativa de Goiânia foi reconfigurada para implementar o PDIG, promovendo a reforma administrativa por meio da lei nº 4.272, de 30 de dezembro de 1969. (Goiânia, 1969)

Uma leitura mais atenta dessa lei evidencia os limites do escritório de planejamento em relação aos assuntos relativos ao fomento à economia. (Goiânia, 1969)

3.5.2 PDIG de 1969

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), de 1969, foi concebido em uma época em que o governo militar brasileiro estava empenhado em estimular o crescimento econômico por intermédio da industrialização e da expansão urbana. Aproximadamente um ano após, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, foram estabelecidos o BNH e o SERFHAU (Lei 4380, agosto de 1964), que se tornaram responsáveis pela política nacional de habitação e planejamento urbano. Durante o período militar, a modernização das estruturas urbanas e a

implementação de um plano habitacional eram metas do governo federal, alinhadas às diretrizes econômicas definidas nos planos nacionais de desenvolvimento (Mota, 2004).

Os Governos Militares das décadas de 1960 e 1970 foram encarregados de estabelecer políticas públicas para o controle do espaço urbano, a fim de garantir uma nova expansão da industrialização e do crescimento econômico (Rodvalho, 2008). O PDIG refletia essa visão desenvolvimentista, buscando direcionar o crescimento da cidade para o sudoeste, ocupando áreas menos densas e impulsionando o desenvolvimento econômico em Goiânia. De acordo com Rezende (2019), o trabalho realizado estava vinculado às políticas de desenvolvimento urbano do Governo Federal da época e se baseava em uma visão de expansão das áreas urbanas para possibilitar o crescimento econômico de várias partes do país.

O PDIG de 1969 tinha como objetivo controlar o crescimento urbano e resolver questões como o déficit habitacional e o colapso da infraestrutura. Conforme Rodvalho (2008), a infraestrutura e a estrutura urbana existente na década de 1950 chegaram à exaustão, de modo que nas décadas seguintes a sanidade ambiental, a moradia e a mobilidade se tornaram os principais problemas da cidade. Esse argumento, conforme a autora, foi destacado por Wilhem (1969) nos estudos preliminares para o PDIG de 1969.

O PDIG (1969) buscava direcionar o crescimento da cidade para o sudoeste e ocupar regiões pouco densas, com ênfase na reestruturação do sistema viário, implantação de atrativos – equipamentos de grande porte e conjuntos habitacionais em áreas periféricas ou fora do perímetro urbano (Resende; Vilarinho, 2017).

Essa estratégia, de acordo com Resende e Vilarinho (2017), tinha como objetivo estimular o desenvolvimento econômico da cidade, atraindo investimentos e impulsionando a ocupação de novas áreas. Os autores, reforçam que no PDIG de 1969, o centro deveria manter as atividades centrais – comércio e serviços, além da administração pública. Ao longo das rodovias ficariam as zonas industriais, concentradas na periferia corroborando, também, para a conurbação, à medida que estas vias assumiam o caráter de polos de crescimento, consolidando o fluxo no sentido Leste-Oeste.

O PDIG de 1969 representou um marco no planejamento urbano de Goiânia, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com o ordenamento territorial. No PDIG de 1969, o sistema viário age como delimitador estruturante da expansão urbana, e a habitação como um indutor para atrair ocupação de áreas a serem adensadas. No Plano Diretor de 1994, houve uma delimitação da expansão de modo que a cidade crescesse nas proximidades dos eixos viários – eixos estruturantes, impulsionadas pelo adensamento. O PDIG de 1969, surgiu em um período

em que a cidade de Goiânia carecia de um norteador para seu crescimento urbano (Resende; Vilarinho, 2017)

Para Nascimento e Oliveira (2015), o plano previa que o desenvolvimento da cidade ocorreria em áreas como a BR-153, o vale do Ribeirão Anicuns, o município de Aparecida e as estradas que ligam Goiânia a Guapó, Trindade e Inhumas. No entanto, a execução do plano enfrentou desafios, como o surgimento de loteamentos aleatórios que dificultaram a atuação da prefeitura no planejamento e no atendimento às demandas por serviços e infraestrutura.

No entanto, de acordo com Rodovalho (2018) ao longo dos anos, houve desafios na sua implementação, como a legislação de uso do solo que permitiu atividades econômicas em desacordo com as diretrizes do plano. Diante da impossibilidade de regularização do empreendimento no local em que se encontrava estabelecida a Boate e do fechamento do outro – Zeu Café – e, claro da pressão exercida pelos empresários, o poder público municipal promoveu a alteração da legislação de uso do solo por meio do Decreto n. 256/06, possibilitando a legalização do empreendimento, ainda que esta contrarie formalmente o disposto no Plano Diretor.

3.5.3 PAG de 1970 e 1980 e a Influência sobre Goiânia

Durante as décadas de 1970 e 1980, o planejamento estadual desempenhou um papel fundamental na modelagem do desenvolvimento de Goiânia. No âmbito estadual, Otávio Lage (1966-1971) implementou o segundo Plano de Governo. Segundo Rodovalho (2018), o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Governo Federal serviu como modelo para o Plano de Ação do Governo (PAG) de 1968 a 1970. Este plano enfatizou setores como educação, transporte, energia e infraestrutura social, e foi concebido com um perfil municipalista (Salgado, 2010).

A presença do estado como promotor do desenvolvimento econômico foi sentida por meio dos equipamentos implantados na cidade de Goiânia. Conforme Arrais (2007) a criação dos inúmeros órgãos e secretarias respondeu à necessidade de modernização do estado. Foram criados importantes instituições governamentais com interface direta para o desenvolvimento econômico, como a Companhia de Desenvolvimento Econômico (CODEG), Goiás Industrial, Empresa de Turismo do Estado de Goiás (Goiás Tur) e Caixa Econômica do Estado de Goiás (CAIXEGO), todas com sede na capital, Goiânia.

Arrais (2007) destaca que a década de 1970, do ponto de vista demográfico, foi marcada por uma alta taxa de migração do rural para as cidades. Borges et al. (2017) escrevem que a

migração, entre 1970 e 1980, foi fortemente influenciada por políticas públicas de desenvolvimento e agrícolas. No livro “A Natureza do Espaço”, Milton Santos (2006) discute conceitos como espaço geográfico, técnicas, tempo, ação e a influência da globalização. O autor situa a modernização da agricultura, que resulta na expulsão de populações para as grandes cidades, no contexto do período técnico-científico-informacional, que se inicia após a Segunda Guerra Mundial e se intensifica a partir dos anos 1970. Segundo Santos (2006), esse período marca uma nova fase na relação entre o homem e o meio geográfico, caracterizada pela emergência de um novo sistema técnico.

Na década de 1970, conforme Mendes (2009) Goiânia registrou um crescimento populacional de 109,7%, impulsionado principalmente pela migração intrarregional. Além disso, iniciativas nesse período incentivaram a migração para áreas próximas a Goiânia, como a Lei Municipal nº 4.526 de 1971. De acordo com Borges et al. (2017), essa lei, ao exigir infraestrutura mínima para novos loteamentos urbanos, acabou direcionando o crescimento para o entorno da cidade, direcionando o crescimento urbano para o sul e intensificando a conurbação com Aparecida de Goiânia, conforme indica Moraes (1991).

3.5.4 1992, o ano da Mudança no Planejamento de Goiânia

O ano de 1992 marcou uma mudança significativa no planejamento de Goiânia. De acordo com Lima (2011), foi nesse ano que o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), também conhecido como PDIG-2000, foi elaborado e aprovado pela Lei Complementar nº 015 em 30 de dezembro de 1992. Este plano foi concebido em um momento de transição para o planejamento urbano tanto em Goiânia quanto no Brasil como um todo.

Depois de um período marcado por um planejamento integrado e ambicioso nas décadas de 1960 e 1970, o PDIG de 1992 representou uma mudança em direção a um planejamento mais estratégico, participativo e negociado. A Constituição Federal de 1988, que introduziu novas demandas socioeconômicas e a necessidade de um novo modelo de gestão, foi um catalisador para a elaboração de novos planos diretores em várias cidades brasileiras, incluindo Goiânia.

Durante esse período, Goiânia experimentou uma demanda crescente por infraestrutura e equipamentos públicos, como educação, saúde e transporte coletivo. Este aumento na demanda foi impulsionado pelo surgimento de novas tendências de crescimento, o que exigiu uma nova proposta de planejamento para Goiânia. Conforme Nascimento e Oliveira (2015) apontam, a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a

proteção do patrimônio cultural e ambiental e o ordenamento do crescimento da cidade também contribuiu para a reformulação do PDIG em 1992.

O PDIG de 1992 representou um marco no planejamento urbano de Goiânia, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento da cidade nas décadas seguintes. Ele buscou equilibrar o crescimento econômico e social com a proteção do patrimônio cultural e ambiental, ao mesmo tempo em que ordenava o crescimento da cidade.

Este plano abrangente e estratégico desempenhou um papel crucial na modelagem do desenvolvimento de Goiânia, garantindo que a cidade pudesse crescer de maneira sustentável e equilibrada. A implementação bem-sucedida do PDIG de 1992 é um testemunho do poder do planejamento urbano eficaz e da importância de adaptar as estratégias de planejamento às mudanças nas demandas socioeconômicas e ambientais.

3.5.5 Planos Diretores de 2007 a 2022 Sob a Ótica do Desenvolvimento Econômico

Segundo Souza e Colesanti (2018), o Plano Diretor de Goiânia de 2007 (PDIG-2007) estabeleceu o desenvolvimento econômico como um dos principais temas para o progresso da cidade. O plano foi formulado com base em um relatório preliminar que inclui informações técnicas e visa orientar a construção da política urbana do município.

Nascimento e Oliveira (2015) relatam que o plano de 2007 tinha como objetivo promover o crescimento da cidade associado à dinâmica de ocupação concêntrica e indução a sudoeste, estabelecendo critérios e exigências para novos parcelamentos do solo.

No entanto, apesar de seus objetivos ambiciosos, a sua implementação enfrentou desafios. Apenas alguns projetos em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e corredores de transporte público foram concretizados. A falta de regulamentação e a necessidade de aprovação de leis complementares foram identificadas como obstáculos para a eficácia do plano (Souza; Colesanti, 2018).

O Plano Diretor de 2022 de Goiânia, aprovado pela Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022, que substitui o plano de 2007, prioriza as infraestruturas viárias como “Eixos de Desenvolvimento Exclusivos ou Preferenciais”, incentivando-as para as regiões com fluxos inerentes às suas centralidades. As estratégias de planejamento urbano recentes, como o atual Plano Diretor (2007) e sua atualização, prevista para entrar em vigor em 2022, priorizam as infraestruturas viárias, considerando-as como “Eixos de Desenvolvimento Exclusivos ou Preferenciais”, incentivadas para as regiões que comportam fluxos inerentes às respectivas centralidades (Duarte et. al, 2022).

Para Duarte *et. al* (2022), esses eixos são importantes para o tecido urbano e o fluxo intermunicipal. Rodovalho (2008) enfatiza que o plano diretor serve como instrumento básico para o planejamento e política urbana. Conforme Goiânia (2022), o desenvolvimento econômico faz parte das estratégias de desenvolvimento urbano e compõe um dos Instrumentos Complementares de Gestão. Segundo o artigo 10, [...] comporão os instrumentos da gestão:

(...) II - planos setoriais ou intersetoriais, que consistem na definição de políticas, diretrizes, programas, ações e normas setoriais ou intersetoriais para as áreas transversais ao físico-territorial, como meio ambiente, saúde, educação, habitação, assistência e inclusão social, desenvolvimento econômico, segurança, esporte e lazer, cultura e segurança alimentar e nutricional; (GOIÂNIA, 2022)

Assim, os Planos Diretores de 2007 a 2022 representam a evolução no planejamento urbano de Goiânia, com um foco crescente no desenvolvimento econômico. Estes planos refletem a necessidade de adaptar as estratégias de planejamento às mudanças nas demandas socioeconômicas e ambientais, garantindo que Goiânia possa crescer de maneira sustentável e equilibrada.

3.5 ANÁLISE DOS IMPACTOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÂNIA

3.6.1 Impacto do planejamento urbano sobre o Desenvolvimento Econômico Local

O planejamento urbano é relevante no desenvolvimento econômico local. Em Goiânia, os planos diretores desempenharam uma modelagem no desenvolvimento econômico da cidade (Mota, 2004). O Plano Diretor de Goiânia de 2007, por exemplo, definiu o desenvolvimento econômico como um dos temas centrais para o desenvolvimento da cidade (Souza; Colesanti, 2018).

O plano foi elaborado com base em um relatório preliminar que abrange informações técnicas e busca direcionar a construção da política urbana do município. Ele visava promover o crescimento da cidade associado à dinâmica de ocupação concêntrica e indução a sudoeste, definindo critérios e exigências para novos parcelamentos do solo (Nascimento; Oliveira, 2015).

No entanto, a implementação do PDIG-2007 enfrentou desafios. Apenas alguns projetos em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) e corredores de transporte público foram

concretizados. A falta de regulamentação e a necessidade de aprovação de leis complementares foram identificadas como obstáculos para a eficácia do plano (Souza; Colesanti, 2018).

O Plano Diretor de 2022 de Goiânia, aprovado pela Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022, que substitui o plano de 2007, prioriza as infraestruturas viárias como “Eixos de Desenvolvimento Exclusivos ou Preferenciais”, incentivando-as para as regiões com fluxos inerentes às suas centralidades (Duarte, *et. al*, 2022).

Esses eixos são importantes para o tecido urbano e o fluxo intermunicipal. Rodovalho (2008) enfatiza que o plano diretor serve como instrumento básico para o planejamento e política urbana. Conforme (Goiânia, 2022), o desenvolvimento econômico faz parte das estratégias de desenvolvimento urbano e compõe um dos Instrumentos Complementares de Gestão.

Assim sendo, os Planos Diretores de 2007 a 2022 representam a evolução do planejamento urbano de Goiânia, com um foco crescente no desenvolvimento econômico. Estes planos refletem a necessidade de adaptar as estratégias de planejamento às mudanças nas demandas socioeconômicas e ambientais, garantindo que Goiânia possa crescer de maneira sustentável e equilibrada.

A implementação bem-sucedida do PDIG de 1992 é um testemunho do poder do planejamento urbano eficaz e da importância de adaptar as estratégias de planejamento às mudanças nas demandas socioeconômicas e ambientais (Vieira, 2011).

3.6.2 Crescimento Econômico e Expansão Urbana

O desenvolvimento econômico local e a expansão urbana estão profundamente interligados. À medida que uma cidade experimenta crescimento econômico, há uma demanda crescente por infraestrutura, habitação, serviços e comodidades, o que leva à expansão urbana. No entanto, esse processo precisa ser gerenciado cuidadosamente para garantir que o crescimento seja sustentável e beneficie todos os residentes (Melo; Vieira, 2015).

De acordo com Mendes (2009), a expansão urbana, caracterizada pela construção de novos edifícios comerciais, parques industriais e outras infraestruturas, é frequentemente associada à prosperidade econômica, uma vez que demonstra a crescente necessidade de espaço para o desenvolvimento empresarial. O autor destaca que a instalação de indústrias nas cidades atua como um motor para o crescimento urbano, atraindo trabalhadores e ampliando o mercado consumidor local.

Mendes (2009) enfatiza também o papel relevante do setor imobiliário nesse processo, que visa o lucro por meio do parcelamento de terrenos e da construção de infraestruturas. Contudo, ele ressalta a importância de um planejamento urbano adequado, que assegure uma expansão ordenada e sustentável, levando em consideração as necessidades da população e a preservação ambiental.

O autor ainda observa que a valorização do solo urbano é um fator chave que impulsiona a expansão, resultando na construção de novos edifícios e na ampliação de áreas industriais em locais estratégicos. Mendes (2009) alerta, no entanto, para o fato de que a prosperidade econômica decorrente dessa expansão pode ser desigual, gerando segregação socioespacial e marginalização de comunidades nas áreas periféricas, que sofrem com a precariedade da infraestrutura. Nesse contexto, conforme apontado por Santos et al. (2022), se não for bem gerida, a expansão urbana pode intensificar as desigualdades socioeconômicas, com algumas áreas da cidade se beneficiando mais do crescimento econômico do que outras.

Além disso, à medida que mais pessoas se mudam para a cidade para aproveitar as oportunidades de emprego, há uma demanda crescente por habitação, o que pode levar à construção de novos bairros residenciais (Borges et al., 2017).

A expansão urbana também pode ter as desvantagens da perda de terras agrícolas e áreas naturais, aumentar a dependência do transporte motorizado e resultar em comunidades fragmentadas onde as pessoas vivem longe de onde trabalham e fazem compras.

Por isso, é essencial que o crescimento econômico e a expansão urbana sejam planejados de forma integrada. Isso significa garantir que o crescimento econômico beneficie todos os residentes, que a expansão urbana seja feita de forma a minimizar o impacto ambiental e que as infraestruturas e serviços necessários sejam fornecidos de forma equitativa. Também significa garantir que a expansão urbana seja feita de forma a promover comunidades coesas e resilientes, onde as pessoas possam viver, trabalhar e se divertir (Natal, 2022).

O crescimento econômico e a expansão urbana são dois lados da mesma moeda. Um não pode acontecer sem o outro, e ambos precisam ser gerenciados de forma eficaz para garantir que o crescimento seja sustentável e beneficie todos os residentes. Isso requer planejamento cuidadoso, políticas eficazes e a participação de todos os interessados, desde os formuladores de políticas e planejadores urbanos até as empresas e os residentes. Com a abordagem certa, o crescimento econômico e a expansão urbana podem levar a cidades prósperas, vibrantes e inclusivas (Thisse, 2011).

3.6.3 Infraestrutura e Desenvolvimento

A infraestrutura é um componente fundamental para o desenvolvimento econômico de qualquer cidade ou região. Ela fornece os serviços e instalações necessários para o funcionamento da economia e para a qualidade de vida dos residentes. Isso inclui tudo, desde estradas, pontes e aeroportos até serviços públicos como água, eletricidade e telecomunicações (Nascimento; Oliveira, 2015).

A infraestrutura de transporte, por exemplo, é crucial para conectar pessoas e empresas, facilitando o comércio e o acesso a mercados. Uma rede de transporte eficiente pode reduzir os custos de transporte, aumentar a produtividade e atrair investimentos (Borges *et al.*, 2017). Da mesma forma, a infraestrutura de serviços públicos, como água e eletricidade, é essencial para a operação de empresas e para a vida cotidiana das pessoas.

No entanto, a construção e manutenção de infraestruturas requer investimentos significativos. Isso pode ser um desafio para muitas cidades e regiões, especialmente aquelas com recursos limitados. Além disso, a infraestrutura deve ser planejada e gerenciada de forma eficaz para garantir que ela atenda às necessidades da população e da economia (Santos *et al.*, 2022).

Em Goiânia, os planos diretores têm desempenhado um papel importante na orientação do desenvolvimento da infraestrutura da cidade. Por exemplo, o Plano Diretor de 2022 de Goiânia prioriza as infraestruturas viárias como “Eixos de Desenvolvimento Exclusivos ou Preferenciais”, incentivando-as para as regiões com fluxos inerentes às suas centralidades (Duarte *et. al*, 2022).

Conforme Thisse (2011), a infraestrutura é um componente chave do desenvolvimento econômico. Ela fornece os serviços e instalações necessários para o funcionamento da economia e para a qualidade de vida dos residentes. No entanto, a construção e manutenção de infraestruturas requer investimentos significativos e devem ser planejadas e gerenciadas de forma eficaz para garantir que atendam às necessidades da população e da economia.

3.6.4 Impacto Ambiental

Certamente, os impactos ambientais são uma questão crítica que deve ser considerada no planejamento urbano e no desenvolvimento econômico. As atividades humanas, incluindo a construção de infraestruturas, a expansão urbana e a industrialização, podem ter efeitos significativos no meio ambiente (Costa Júnior, 1976).

Por exemplo, a expansão urbana pode levar à perda de terras agrícolas e áreas naturais, aumentar a poluição do ar e da água e contribuir para as mudanças climáticas. Além disso, a construção de infraestruturas pode perturbar os ecossistemas locais e resultar na perda de biodiversidade (Vieira, 2011).

No entanto, é possível minimizar o impacto ambiental através de um planejamento cuidadoso e de práticas sustentáveis. Isso pode incluir a utilização de tecnologias verdes na construção de infraestruturas, a promoção de práticas de construção sustentáveis e a proteção de áreas naturais e de biodiversidade (Almeida, 1964).

Em Goiânia, os planos diretores têm desempenhado um papel importante na gestão do impacto ambiental. Por exemplo, o Plano Diretor de 2022 prioriza as infraestruturas viárias como “Eixos de Desenvolvimento Exclusivos ou Preferenciais”, incentivando-as para as regiões com fluxos inerentes às suas centralidades. Isso pode ajudar a minimizar o impacto ambiental da expansão urbana, concentrando o desenvolvimento em áreas específicas e reduzindo a necessidade de construir novas infraestruturas em áreas naturais (Wilheim, 1969).

Segundo Thisse (2011), é possível mitigar o impacto ambiental através de um planejamento cuidadoso e de práticas sustentáveis. No entanto, isso requer investimentos significativos e abordagem integrada que leve em conta tanto as necessidades econômicas quanto as ambientais.

3.6.5 Desafios na Implementação da Legislação Desenvolvimentista

Os desafios na implementação da legislação desenvolvimentista em Goiânia são diversificados e complexos. A cidade, que foi planejada para ser uma metrópole regional, enfrenta uma série de obstáculos na busca por um desenvolvimento sustentável e equitativo (Resende, 2019).

Um dos principais desafios é a expansão urbana descontrolada. A legislação desenvolvimentista de Goiânia, que data da década de 1960, buscava direcionar o crescimento urbano ao estimular a ocupação de áreas periféricas. No entanto, essa estratégia resultou em uma fragmentação do território e em uma expansão urbana que desafiou as tentativas de ordenamento urbano.

Além disso, a pressão de interesses privados e a necessidade de controlar a expansão urbana são desafios significativos. A cidade tem experimentado uma transformação de uma cidade moderna para uma metrópole regional, cuja paisagem atual reflete uma condição urbana

contemporânea tendo em vista a fragmentação do território e articulações entre partes dispersas e pouco adensadas (Rezende, 2019).

A implementação parcial da legislação e os fatores econômicos que interferem no desenvolvimento da cidade também são obstáculos consideráveis. O Novo Desenvolvimentismo, por exemplo, enfrenta o desafio de superar a estagnação estrutural da economia brasileira (Villaverde; Rego, 2019).

Villaverde e Rego (2019) destacam que a implementação efetiva da legislação desenvolvimentista em Goiânia requer uma abordagem que leve em consideração a complexidade e a interconexão desses desafios. É necessário um compromisso contínuo com a inovação, a adaptação e a aprendizagem para superar esses obstáculos e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

3.6.5.1 Regulamentação Inadequada

A regulamentação inadequada é um dos principais desafios na implementação da legislação desenvolvimentista em Goiânia. A cidade, que tem uma história de planejamento urbano desde a década de 1960, tem lutado para adaptar suas leis e regulamentos ao ritmo acelerado de crescimento e mudança (Goiânia, 2024a).

Um exemplo disso é a Lei Complementar nº 373, de 19 de janeiro de 2024 (Goiânia, 2024a) que dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC). Esta lei foi criada para regular o crescimento urbano e garantir que o desenvolvimento ocorra de maneira ordenada e sustentável. No entanto, a implementação desta lei tem sido um desafio devido à complexidade do processo de outorga e à falta de clareza em alguns de seus termos.

Além disso, a legislação existente não tem sido capaz de acompanhar as mudanças rápidas na paisagem urbana de Goiânia. A cidade tem experimentado uma rápida expansão urbana, com novos bairros e infraestruturas sendo construídos a um ritmo acelerado. Isso tem levado a uma série de problemas, incluindo a falta de infraestrutura adequada, a degradação ambiental e a desigualdade social (Goiânia, 2024b).

A regulamentação inadequada é um obstáculo para a implementação efetiva da legislação desenvolvimentista em Goiânia. Para superar este desafio, é necessário um esforço coordenado para revisar e atualizar as leis e regulamentos existentes, bem como para garantir que eles estejam alinhados com as necessidades e realidades atuais da cidade.

3.6.5.2 Pressões de Interesses Privados

As pressões de interesses privados são um desafio significativo na implementação da legislação desenvolvimentista em Goiânia. A cidade, que tem uma história de planejamento urbano desde a década de 1960, tem lutado para equilibrar os interesses privados com o bem público (Carvalho; Pires, 2020).

Pode-se citar aqui, a pressão exercida por entidades do terceiro setor e outras organizações privadas na formulação de políticas educacionais. Estas organizações têm desempenhado um papel cada vez mais importante na definição da agenda educacional da cidade, muitas vezes em detrimento do interesse público (Carvalho; Pires, 2020).

Além disso, a interferência de interesses privados na estabilidade dos servidores públicos é outro desafio. A reforma administrativa proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, por exemplo, visava modernizar a Administração Pública e acabar com benefícios considerados desproporcionais. No entanto, esta reforma tem sido criticada por facilitar práticas de patrimonialismo e clientelismo no serviço público (Valeriano; Martins, 2023).

Outro desafio, conforme aponta Resende (2022) é a pressão exercida por interesses privados na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento urbano. A rápida expansão urbana de Goiânia tem sido impulsionada, em grande parte, por interesses privados, o que tem levado a uma série de problemas, incluindo a falta de infraestrutura adequada, a degradação ambiental e a desigualdade social.

Conforme Valeriano e Martins (2023), as pressões de interesses privados são também um desafio para a implementação efetiva da legislação desenvolvimentista em Goiânia. Para superar este obstáculo, é necessário um esforço coordenado para garantir que o interesse público seja priorizado nas decisões de planejamento e desenvolvimento.

3.6.5.3 Controle da Expansão Urbana

A cidade, que foi planejada para ser uma metrópole regional, tem experimentado uma rápida expansão urbana, muitas vezes em detrimento do planejamento urbano e do desenvolvimento sustentável (Rezende, 2019).

A expansão urbana descontrolada tem levado a uma série de problemas, incluindo a falta de infraestrutura adequada, a degradação ambiental e a desigualdade social. A cidade tem experimentado uma transformação de uma cidade moderna para uma metrópole regional, cuja

paisagem atual reflete uma condição urbana contemporânea tendo em vista a fragmentação do território e articulações entre partes dispersas e pouco adensadas (Moura; Guedes, 2020).

Além disso, a legislação existente não tem sido capaz de acompanhar as mudanças rápidas na paisagem urbana de Goiânia. A cidade tem experimentado uma rápida expansão urbana, com novos bairros e infraestruturas sendo construídos a um ritmo acelerado (Rezende, 2019).

Outro fato a ser considerado é a falta de coordenação entre as diferentes leis e regulamentos que governam o desenvolvimento urbano em Goiânia. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, instituído pelo Decreto nº 1.350, de 12 de abril de 2024, tem como objetivo melhorar a mobilidade e a qualidade de vida na cidade. No entanto, a implementação deste plano tem sido dificultada pela falta de alinhamento com outras leis e regulamentos relacionados ao desenvolvimento urbano (Mota; Guedes, 2020).

Comum entre os autores Rezende (2019) e Mota e Guedes (2020) entender que a cidade precisa de uma estratégia de desenvolvimento urbano que seja sustentável, inclusiva e equitativa. Isso exigirá uma revisão e atualização contínuas das leis e regulamentos existentes, bem como uma maior coordenação entre as diferentes políticas e programas de desenvolvimento urbano.

3.6.5.4 Implementação Parcial

A implementação parcial da legislação desenvolvimentista em Goiânia é um desafio que merece atenção. A cidade, tem enfrentado dificuldades para aplicar completamente suas leis e regulamentos (Rezende, 2019).

Considera-se para compreensão, a Lei Complementar nº 373, de 19 de janeiro de 2024 (Goiânia, 2024a) que dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC). Esta lei foi criada para regular o crescimento urbano e garantir que o desenvolvimento ocorra de maneira ordenada e sustentável. No entanto, a implementação desta lei tem sido um desafio devido à complexidade do processo de outorga e à falta de clareza em alguns de seus termos (Goiânia, 2024a).

Ressalta-se, porém, que a implementação parcial da legislação desenvolvimentista tem levado a uma série de problemas, incluindo a falta de infraestrutura adequada, a degradação ambiental e a desigualdade social. A cidade tem experimentado uma rápida expansão urbana, com novos bairros e infraestruturas sendo construídos a um ritmo acelerado.

Ainda, pode-se considerar como outro desafio, nesse aspecto, a falta de coordenação entre as diferentes leis e regulamentos que governam o desenvolvimento urbano em Goiânia. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, instituído pelo Decreto nº 1.350, de 12 de abril de 2024, tem como objetivo melhorar a mobilidade e a qualidade de vida na cidade. No entanto, a implementação deste plano tem sido dificultada pela falta de alinhamento com outras leis e regulamentos relacionados ao desenvolvimento urbano (Goiânia, 2024a).

A implementação parcial da legislação desenvolvimentista em Goiânia é passível de superação. Para isso, é necessário um esforço coordenado para garantir que as leis e regulamentos sejam aplicados de maneira eficaz e que estejam alinhados com as necessidades e realidades atuais da cidade.

3.6.5.5 Fatores econômicos que interferem no desenvolvimento da cidade

Plausível considerar nesse tópico a explosão demográfica que Goiânia experimentou nas últimas décadas. Este rápido crescimento populacional tem impulsionado a demanda por infraestrutura e serviços, colocando pressão sobre os recursos econômicos da cidade.

Além disso, a cidade tem enfrentado desafios relacionados à gestão do espaço público e urbano. As gestões ocuparam-se em publicar planos de desenvolvimento urbano, pautados nos acordos com o circuito imobiliário, mas não se furtaram de usar esse mesmo marco regulatório para publicar a ‘regularização’ dos movimentos do capital (Rezende, 2019).

Outro fator econômico que tem impactado o desenvolvimento de Goiânia é a falta de atividades economicamente rentáveis. Isso tem levado a uma migração da população, transformando a cidade quase em uma cidade fantasma (Goiânia, 2024c). Pois, os fatores econômicos são um elemento chave no desenvolvimento das grandes cidades. Para superar esses desafios, é necessário gerenciar efetivamente os recursos econômicos da cidade e garantir que eles sejam usados de maneira que beneficie todos os residentes.

3.6.6 Desigualdades Socioeconômicas

As desigualdades socioeconômicas são uma questão complexa que afeta muitas cidades e regiões, incluindo Goiânia. Essas desigualdades podem se manifestar de várias maneiras,

como diferenças nos níveis de renda, oportunidades de emprego, acesso à educação e serviços de saúde, e qualidade de vida (Costa Júnior, 1976).

Por exemplo, algumas áreas da cidade podem experimentar um crescimento econômico robusto e ter acesso a serviços e infraestruturas de alta qualidade, enquanto outras áreas podem ser abandonadas. Isso pode levar a disparidades significativas na qualidade de vida e nas oportunidades disponíveis para diferentes grupos de pessoas (Vieira, 2011).

No entanto, é possível abordar essas desigualdades por intermédio de políticas e práticas eficazes. Isso pode incluir investimentos direcionados em infraestrutura e serviços em áreas desfavorecidas, políticas de inclusão social e econômica, e esforços para promover a igualdade de oportunidades (Almeida, 1964).

Em Goiânia, os planos diretores têm desempenhado um papel importante na abordagem das desigualdades socioeconômicas. Por exemplo, o Plano Diretor de 2022 de Goiânia prioriza as infraestruturas viárias como “Eixos de Desenvolvimento Exclusivos ou Preferenciais”, incentivando-as para as regiões com fluxos inerentes às suas centralidades. Isso pode ajudar a garantir que todos os residentes da cidade tenham acesso a serviços e infraestruturas de alta qualidade, independentemente de onde vivam (Wilheim, 1969).

Conforme Lucena (2019), é possível abordar essas desigualdades através de políticas e práticas eficazes, incluindo investimentos direcionados, políticas de inclusão e esforços para promover a igualdade de oportunidades. No entanto, isso requer uma abordagem integrada que leve em conta tanto as necessidades econômicas quanto as sociais.

3.6.7 Comparação com outras cidades

A eficácia da legislação desenvolvimentista varia de cidade para cidade, dependendo de uma série de fatores, incluindo a estrutura econômica da cidade, a demografia, a infraestrutura existente e a capacidade de implementação das políticas (Rebelo, 2011).

Goiânia, por exemplo, tem lutado para implementar completamente sua legislação desenvolvimentista, que data da década de 1960. Como já mencionado anteriormente, a cidade tem experimentado uma rápida expansão urbana, muitas vezes em detrimento do planejamento urbano e do desenvolvimento sustentável.

Em contraste, outras cidades brasileiras têm tido diferentes graus de sucesso na implementação de sua legislação desenvolvimentista. Por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro têm experimentado um crescimento econômico significativo como resultado de suas políticas desenvolvimentistas. No entanto, essas cidades também enfrentam desafios, como a

necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a equidade social.

Essa comparação é relevante, porque permite a compreensão de como a legislação desenvolvimentista afeta diferentes contextos urbanos. Cada cidade tem suas próprias características únicas, incluindo sua estrutura econômica, demografia, infraestrutura e capacidade de implementação de políticas (Rebello, 2011).

Ao comparar diferentes cidades, pode-se começar a entender como esses fatores interagem com a legislação desenvolvimentista para influenciar o desenvolvimento econômico. Ao identificar as estratégias que foram bem-sucedidas em algumas cidades, os formuladores de políticas podem ser capazes de aplicar essas lições em outros contextos. Da mesma forma, ao identificar onde a legislação desenvolvimentista falhou em promover o desenvolvimento econômico, os formuladores de políticas podem aprender o que evitar no futuro.

Além de que essa comparação ajuda a destacar a necessidade de abordagens personalizadas para o desenvolvimento econômico. Não existe uma solução única para todos quando se trata de desenvolvimento econômico - o que funciona em uma cidade pode não funcionar em outra. Portanto, é importante que as políticas de desenvolvimento sejam adaptadas às necessidades e realidades específicas de cada cidade.

Para alimentar uma comparação entre cidades, o quadro 2, ilustra como a legislação desenvolvimentista afetou o desenvolvimento econômico de Goiânia e outras cinco cidades brasileiras:

Quadro 2 – Impacto da Legislação Desenvolvimentista no Desenvolvimento Econômico de Cidades Brasileiras

Cidade	Impacto da Legislação Desenvolvimentista
Goiânia	A legislação desenvolvimentista em Goiânia, buscava direcionar o crescimento urbano ao estimular a ocupação de áreas periféricas. No entanto, essa estratégia resultou em uma fragmentação do território e em uma expansão urbana que desafiou as tentativas de ordenamento urbano
São Paulo	O surgimento do pensamento desenvolvimentista em São Paulo está intimamente relacionado ao surto industrial em andamento desde o final do século XIX. Nas três primeiras décadas do século XX, esse processo se intensificou no eixo São Paulo–Rio de Janeiro em virtude de vários fatores.
Rio de Janeiro	A inflexão econômica positiva dos setores de logística e transportes, assim como dos royalties de petróleo, evidenciam a retomada econômica fluminense que cresceria quando comparado à média nacional
Salvador	A partir de um prisma econômico, torna-se factível o exercício de um planejamento para a Salvador do futuro, a fim de ensinar ao poder público ações para viabilizar o desenvolvimento

	socioeconômico do município.
Brasília	A construção de Brasília foi o evento mais simbólico do referido projeto de desenvolvimento econômico brasileiro, o qual procurava investir pesadamente em áreas entendidas como estratégicas
Curitiba	O planejamento urbano de Curitiba contribuiu substancialmente para o desenvolvimento do município. A cidade é considerada uma das três capitais com a melhor infraestrutura do país e possui condições de vida elevada, o que se reflete na ampla cobertura dos serviços públicos e no alto nível de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M 2000)

Fonte: Autoria Própria (2024)

A legislação desenvolvimentista tem um impacto significativo no desenvolvimento econômico das cidades brasileiras. No entanto, a eficácia dessa legislação depende de uma série de fatores, incluindo a capacidade de implementação das políticas, a estrutura econômica da cidade e a demografia. Observa-se por meio desses achados que todas as cidades, incluindo Goiânia, têm legislações desenvolvimentistas que visam promover o crescimento econômico e o desenvolvimento urbano.

Assim como Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e Curitiba também enfrentam desafios na implementação de suas políticas desenvolvimentistas. Esses desafios incluem a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a equidade social.

Todas as cidades têm experimentado mudanças rápidas em suas paisagens urbanas, muitas vezes impulsionadas pela expansão urbana e pelo desenvolvimento econômico. Em contrapartida, enquanto Goiânia tem lutado para controlar sua rápida expansão urbana, outras cidades, como Curitiba, têm sido mais bem-sucedidas em gerenciar seu crescimento urbano através de um planejamento urbano eficaz.

A legislação desenvolvimentista em Goiânia é mais antiga (datada da década de 1960) em comparação com algumas das outras cidades. Isso pode ter impactado a capacidade de Goiânia de adaptar suas leis e regulamentos às mudanças rápidas na paisagem urbana.

Goiânia e Brasília compartilham a característica de terem sido planejadas para serem metrópoles regionais. No entanto, enquanto Brasília foi construída como parte de um projeto de desenvolvimento econômico nacional, Goiânia foi planejada para ser um centro regional. Essas semelhanças e diferenças destacam a complexidade da implementação da legislação desenvolvimentista e a necessidade de abordagens personalizadas para o desenvolvimento econômico.

3.6.8 Desafios Futuros

Os desafios futuros para a implementação da legislação desenvolvimentista em Goiânia são numerosos e complexos. Alguns dos principais desafios que precisam ser abordados, mencionados por Rezende (2019), Moura e Guedes (2020) e Paiva (2018) são:

Adaptação às Mudanças Climáticas: As cidades precisarão adaptar suas políticas e práticas de desenvolvimento para lidar com os impactos das mudanças climáticas. Isso pode incluir a necessidade de infraestrutura resiliente ao clima, práticas de construção sustentáveis e estratégias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (Rezende, 2019).

Desigualdade Social: A desigualdade social continua sendo um desafio significativo em muitas cidades brasileiras. As políticas de desenvolvimento precisarão se concentrar não apenas no crescimento econômico, mas também em garantir que os benefícios desse crescimento sejam compartilhados de maneira justa (Paiva, 2018)

Urbanização Rápida: A rápida urbanização apresenta desafios para o planejamento urbano e a gestão de recursos. As cidades precisarão encontrar maneiras de acomodar o crescimento populacional sem sobrecarregar a infraestrutura existente ou prejudicar o meio ambiente (Moura; Guedes, 2020).

Inovação Tecnológica: A inovação tecnológica está mudando rapidamente a maneira como vivemos e trabalhamos. As cidades precisarão se adaptar a essas mudanças, o que pode incluir a necessidade de atualizar a infraestrutura digital, adaptar-se a novos modelos de negócios e garantir que todos os cidadãos tenham acesso à tecnologia (Rezende, 2019)

Governança e Implementação de Políticas: A eficácia da legislação desenvolvimentista depende em grande parte da capacidade de governança da cidade e da implementação eficaz de políticas. Melhorar a transparência, a responsabilidade e a participação dos cidadãos podem ser relevantes para superar esses desafios (Moura; Guedes, 2020).

Esses desafios futuros exigirão uma abordagem estratégica e adaptativa para o desenvolvimento urbano. As cidades precisarão aprender com o passado, enquanto se preparam para o futuro, garantindo que suas políticas e práticas de desenvolvimento sejam resilientes, inclusivas e sustentáveis.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise realizada neste estudo revela que o planejamento estatal e as políticas de desenvolvimento regional tiveram impacto na evolução econômica de Goiânia. A cidade, que

foi planejada para ser uma metrópole regional, tem experimentado uma série de mudanças econômicas que têm moldado seu desenvolvimento.

A pesquisa identificou que a legislação desenvolvimentista em Goiânia, que data da década de 1960, teve direção de crescimento urbano ao estimular a ocupação de áreas periféricas. No entanto, essa estratégia resultou em fragmentação do território e em expansão urbana que desafiou as tentativas de ordenamento urbano.

Além disso, a pesquisa destacou a necessidade de compreender as dinâmicas de desenvolvimento urbano e econômico em contextos específicos. Cada cidade tem suas próprias características únicas, incluindo sua estrutura econômica, demografia, infraestrutura e capacidade de implementação de políticas. Ao entender essas características, podemos começar a entender como as políticas públicas podem moldar essas dinâmicas.

A pesquisa também destacou a importância de uma abordagem qualitativa para entender a influência do passado na sociedade atual. Através da revisão bibliográfica e documental, foi possível obter a compreensão sobre a evolução das políticas de planejamento urbano em Goiânia e como elas moldaram o desenvolvimento econômico da cidade.

Esse estudo, revelou que a implementação parcial da legislação desenvolvimentista em Goiânia é um desafio a ser superado. A cidade tem lutado para adaptar suas leis e regulamentos ao ritmo acelerado de crescimento e mudança. Isso tem levado a uma série de problemas, incluindo a falta de infraestrutura adequada, a degradação ambiental e a desigualdade social.

Além disso, identificou a necessidade de maior coordenação entre as diferentes leis e regulamentos que governam o desenvolvimento urbano em Goiânia. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, instituído pelo Decreto nº 1.350, de 12 de abril de 2024, tem como objetivo melhorar a mobilidade e a qualidade de vida na cidade. No entanto, a implementação deste plano tem sido dificultada pela falta de alinhamento com outras leis e regulamentos relacionados ao desenvolvimento urbano.

Este plano também destacou a importância dos fatores econômicos no desenvolvimento de Goiânia. A cidade tem experimentado uma série de mudanças econômicas que têm impactado seu desenvolvimento. Isso inclui a explosão demográfica que Goiânia experimentou nas últimas décadas, que tem impulsionado a demanda por infraestrutura e serviços, colocando pressão sobre os recursos econômicos da cidade.

Assim sendo, este estudo destaca a importância do planejamento estatal e das políticas de desenvolvimento regional no moldar do desenvolvimento econômico de Goiânia. Ele contribui para a discussão mais ampla sobre políticas de desenvolvimento e oferece informações sobre como o planejamento estatal pode influenciar o desenvolvimento regional.

Ressalta-se ainda, a necessidade de abordagens personalizadas para o desenvolvimento econômico, levando em consideração as características únicas de cada cidade, usadas para a formulação de políticas públicas mais eficazes que possam promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo em Goiânia e em outras cidades brasileiras.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados desta dissertação são o produto de uma análise das políticas de desenvolvimento e sua influência nos APLs em Goiânia e em todo o Brasil. A pesquisa revelou uma série de informações que contribuem para a compreensão do papel das políticas de desenvolvimento na formação e consolidação dos APLs, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Resultados da Pesquisa como um todo

Seção	Objetivo	Problema de Pesquisa	Metodologia	Principais Descobertas
1	Analisar os fatores que influenciam a formação e consolidação dos APLs nas diversas Unidades da Federação	Quais fatores são determinantes para o efetivo desenvolvimento e sustentabilidade dos APLs em cada região?	Análise qualitativa e quantitativa	As regiões Sudeste, Sul e parte do Nordeste concentram mais APLs e parcerias institucionais
2	Avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento nos APLs de Goiás	Como as políticas públicas influenciam o desenvolvimento dos APLs em Goiânia?	Revisão da literatura e pesquisa documental exploratória	As políticas de desenvolvimento afetam significativamente o crescimento econômico, a competitividade e a colaboração entre os atores locais
3	Analisar a efetividade da legislação desenvolvimentista no território de Goiânia	Como a legislação desenvolvimentista afetou o desenvolvimento econômico de Goiânia?	Método histórico e abordagem qualitativa	O planejamento estatal e as políticas de desenvolvimento regional tiveram um impacto significativo no desenvolvimento econômico local

Fonte: Elaboração Própria (2024)

Na seção I, exploramos os fatores que influenciam a formação e consolidação dos APLs nas diversas Unidades da Federação brasileira. Os resultados evidenciaram que as regiões Sudeste, Sul e parte do Nordeste concentram mais APLs e parcerias institucionais, com predominância nos setores secundário e terciário. Em contraste, as regiões Norte e Nordeste apresentam mais APLs do setor primário e menor presença institucional. Concluímos que as políticas de

fomento aos APLs devem considerar especificidades territoriais e setoriais, fortalecer as estruturas de governança local e estimular maior cooperação entre atores para alavancar o desenvolvimento regional.

Notou-se que, alguns desses fatores, são:

Participação em projetos e redes setoriais: uma vez que essas redes permitem a troca de conhecimentos e experiências, promovendo a inovação e a competitividade.

Parcerias com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial: uma vez que fornecem acesso a recursos e conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento.

Especificidades territoriais e setoriais: As características específicas de cada território e setor também desempenham um papel importante. Por exemplo, as regiões Sudeste, Sul e parte do Nordeste concentram mais APL e parcerias institucionais, com predominância nos setores secundário e terciário, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam mais APL do setor primário e menor presença institucional.

Estruturas de governança local: A falta de qualificação para os gestores de APL, ou mesmo para formuladores de políticas para APL, leva a uma baixa qualidade na elaboração e gestão de ações e projetos capazes de entender a dinâmica territorial.

Políticas públicas de apoio: A lógica do apoio aos APL parte do pressuposto de que diferentes atores locais podem mobilizar-se e, de forma coordenada, identificar suas demandas coletivas, por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o segmento.

Portanto, para alavancar o desenvolvimento regional, as políticas de fomento aos APLs devem considerar esses fatores, estimulando maior cooperação entre atores.

Na seção II, avaliamos o impacto das políticas de desenvolvimento nos APLs de Goiás. Descobrimos que essas políticas afetam significativamente o crescimento econômico, a competitividade e a colaboração entre os atores locais.

As políticas de desenvolvimento podem afetar os APLs de várias maneiras. Por exemplo, elas podem fornecer apoio financeiro, facilitar o acesso a recursos e conhecimentos necessários para o desenvolvimento dos APLs, e promover a cooperação entre empresas, instituições de ensino e governo. Além disso, as políticas de desenvolvimento podem ajudar a criar um ambiente favorável para a inovação e o crescimento econômico sustentável.

No entanto, a implementação eficaz dessas políticas pode ser um desafio. Por exemplo, a falta de coordenação entre os atores, a escassez de recursos e a resistência à mudança podem prejudicar o desenvolvimento dos APLs. Portanto, é necessário que as políticas de

desenvolvimento sejam bem planejadas e implementadas de forma eficaz para maximizar seu impacto positivo nos APLs.

Em Goiânia, as políticas de desenvolvimento têm desempenhado um papel importante na formação e consolidação dos APLs. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969 e o Plano Diretor de 2007 representaram uma mudança em direção a um planejamento mais estratégico, participativo e negociado. Esses planos buscaram criar um ambiente propício para a inovação e o crescimento econômico sustentável, o que teve um impacto positivo no desenvolvimento dos APLs na cidade.

Além disso, identificamos os principais desafios enfrentados pelos APL na região, podendo mencionar:

Qualificação dos gestores de APL: A falta de qualificação para os gestores de APLs, ou mesmo para formuladores de políticas para APL, leva a uma baixa qualidade na elaboração e gestão de ações e projetos capazes de entender a dinâmica territorial.

Participação em projetos e redes setoriais: A criação e manutenção dessas redes pode ser um desafio, especialmente em regiões onde a cooperação entre empresas e instituições é limitada.

Parcerias com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial: Embora essas parcerias possam fornecer aos APLs acesso a recursos e conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento, estabelecer e manter essas parcerias pode ser um desafio, especialmente em regiões onde essas instituições são escassas ou inexistentes.

Especificidades territoriais e setoriais: A diversidade de condições territoriais e setoriais pode tornar difícil a implementação de políticas de apoio aos APLs que sejam eficazes em todas as regiões.

Estruturas de governança local: A criação e manutenção de estruturas de governança eficazes podem ser um desafio, especialmente em regiões onde a capacidade institucional é limitada.

Esses desafios destacam a complexidade do desenvolvimento dos APLs e a necessidade de políticas de desenvolvimento bem planejadas e implementadas para superar esses obstáculos e promover o crescimento econômico sustentável.

E ainda, nessa seção foi destacada a importância de políticas que abordem esses obstáculos, as quais compreendem:

- Aquelas que promovem a formação e capacitação de gestores de APLs podem melhorar a qualidade da gestão e do planejamento dos APLs. Isso pode incluir programas de

treinamento, workshops e cursos que fornecem aos gestores as habilidades e conhecimentos necessários para gerir eficazmente um APL.

- Aquelas que incentivam a participação dos APLs em projetos e redes setoriais e que podem facilitar a troca de conhecimentos e experiências, promovendo a inovação e a competitividade. Isso pode incluir a criação de plataformas de colaboração, a promoção de eventos de networking e a facilitação de parcerias entre empresas e instituições.

- Aquelas que facilitam parcerias com essas instituições e que podem fornecer aos APL acesso a recursos e conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento. Isso pode incluir a facilitação de acordos de cooperação, a provisão de incentivos fiscais e financeiros e a promoção de programas de capacitação.

- Aquelas que levam em consideração as especificidades territoriais e setoriais e que podem garantir que as ações de apoio aos APL sejam eficazes em todas as regiões. Isso pode incluir a adaptação de políticas para atender às necessidades específicas de diferentes territórios e setores.

- Aquelas que fortalecem as estruturas de governança local, incluindo a promoção de práticas de boa governança, a facilitação da participação dos atores locais na tomada de decisões e a provisão de apoio institucional.

Compreende-se, portanto, que, as políticas que abordam esses obstáculos são fundamentais para promover o crescimento econômico sustentável dos APLs. Ao superar esses desafios, essas políticas podem ajudar a criar um ambiente propício à inovação, ao crescimento econômico e à colaboração entre os atores locais.

Na seção III, analisamos a efetividade da legislação desenvolvimentista no território de Goiânia. Descobrimos que o planejamento estatal e as políticas de desenvolvimento regional tiveram um impacto significativo no desenvolvimento econômico local. A análise dos documentos selecionados permitiu uma compreensão da evolução das políticas de planejamento urbano em Goiânia e como elas moldaram o desenvolvimento econômico da cidade.

Descobriu-se que, a evolução das políticas de planejamento urbano em Goiânia ocorreu em várias fases, cada uma com suas próprias características e impactos no desenvolvimento econômico da cidade.

Na primeira fase, de 1933 a 1950, a cidade foi criada e o lugar foi estabelecido. Durante este período, Goiânia foi projetada e erguida como a nova capital de Goiás, estabelecida sob o símbolo do progresso durante a “Marcha para o Oeste”, representando uma transição para a modernidade e o planejamento urbano como um instrumento de desenvolvimento regional.

A segunda fase, de 1950 a 1964, foi marcada pela ampliação do espaço. Durante este período, Goiânia experimentou um crescimento populacional e urbano intenso e desorganizado. A construção de Brasília foi um fator chave nesse processo, resultando em um rápido crescimento populacional.

A terceira fase, de 1964 a 1975, foi caracterizada pela concentração de lugares no espaço¹. Durante este período, Goiânia buscou seus primeiros planos diretores, com o objetivo de orientar e regular seu desenvolvimento.

A quarta fase, de 1975 a 1992, foi marcada pela expansão urbana. Durante este período, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969 foi concebido, adotando uma abordagem multidisciplinar e integrada. Este plano buscou direcionar o crescimento da cidade para áreas menos densas, impulsionando o desenvolvimento econômico em Goiânia.

A quinta fase, de 1992 até os dias atuais, tem sido caracterizada por uma abordagem mais estratégica e participativa ao planejamento urbano. O PDIG-2000, elaborado e aprovado em 1992, e o Plano Diretor de 2007 representaram uma mudança em direção a um planejamento mais estratégico, participativo e negociado.

Cada uma dessas fases moldou o desenvolvimento econômico de Goiânia de maneiras únicas. Por exemplo, a criação de Goiânia e a implementação dos primeiros planos diretores ajudaram a estabelecer a cidade como um centro econômico regional. Além disso, o PDIG de 1969 buscou direcionar o crescimento da cidade para áreas menos densas, impulsionando o desenvolvimento econômico em Goiânia. Da mesma forma, os planos mais recentes têm se concentrado em criar um ambiente propício para a inovação e o crescimento econômico sustentável.

Ao moldar o crescimento e o desenvolvimento da cidade, essas políticas foram relevantes na formação do panorama econômico atual de Goiânia. A compreensão desses impactos tornou-se, portanto, essencial para orientar futuras políticas de desenvolvimento e promover o crescimento econômico sustentável em Goiânia e em outras cidades semelhantes.

Assim, os resultados desta dissertação destacam a importância do planejamento estatal e das políticas de desenvolvimento regional na formação do desenvolvimento econômico em Goiânia e no desenvolvimento dos APLs em todo o Brasil. Eles contribuem para a discussão sobre políticas de desenvolvimento e oferecem informações sobre como o planejamento estatal pode influenciar o desenvolvimento regional.

Esses resultados são um testemunho do poder do planejamento urbano eficaz e da importância de adaptar as estratégias de planejamento às mudanças nas demandas socioeconômicas e ambientais. Esperamos que esta pesquisa contribua para o aprimoramento das políticas de

desenvolvimento em Goiânia e em todo o Brasil, fortalecendo os APLs e impulsionando o desenvolvimento local e regional.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados da pesquisa em relação aos achados teóricos revela uma série de informações interessantes. Inicialmente, é importante destacar a relevância do planejamento regional para o desenvolvimento de APL. Como Almeida (1964) apontou, a experiência de planejamento regional em Goiás demonstrou a importância de uma abordagem sistemática e estratégica para o desenvolvimento econômico.

Além disso, a pesquisa de Almeida e Gomes (2018) sobre o processo das políticas públicas oferece a visão sobre como as políticas públicas podem influenciar o desenvolvimento de APLs. Eles argumentam que o processo das políticas públicas é resultado da interação de diversas variáveis, como instituições, atores, ideias e crenças, assumindo que a política pública seria resultado dessas interações ao longo do tempo.

Em caso específico, Antero et al. (2020) realizaram uma análise do impacto da política pública de apoio ao desenvolvimento dos APLs. Eles descobriram que a política teve um impacto significativo e positivo para o PIB e para o IFDM, indicando que as políticas públicas podem ter um papel importante no desenvolvimento dos APLs.

A importância dos APLs também é destacada pelo site APLs Brasileiros (2021), que fornece a visão geral dos APLs no Brasil. O site destaca que os APLs são contextos favoráveis ao desenvolvimento, justificando a intensificação das ações dos representantes do poder público para apoiar seu desenvolvimento.

Arrais (2007) também discute a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. Ele destaca a necessidade de regionalizações que possam contribuir para o desenvolvimento regional. Isso é particularmente relevante para a discussão sobre o desenvolvimento de APL, pois sugere que a intervenção governamental pode ser fundamental para promover o desenvolvimento local.

A Secretaria do Planejamento da Bahia (2020) fala sobre as tendências econômicas e estruturais, destacando que podem ter implicações para o desenvolvimento de APL.

Barbosa (2016) discute a atuação pública e a promoção da eficiência coletiva, com foco na experiência do polo industrial. Ele argumenta que a atuação pública pode desempenhar um papel importante na promoção da eficiência coletiva em APLs.

Barbosa (2016) também aborda a questão do arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. Ele destaca que a política pública para APLs tem como objetivo mobilizar condições para ampliar as fronteiras do capital em sua crise estrutural.

Barroso e Soares (2009) analisam o impacto das políticas públicas no desenvolvimento de APL, com foco no caso de ovinocaprinocultura. Eles descobriram que as políticas públicas tiveram um impacto relevante para os criadores da região, que têm experimentado melhoria nos processos de manejo do rebanho, o que representa ganho significativo para os participantes do APL.

E, Borges et al. (2017) discutem a habitação social e o desenvolvimento urbano sustentável, com foco no caso da região metropolitana de Goiânia. Eles destacam a importância da construção de empreendimentos habitacionais populares em espaços segregados, distantes do centro da cidade, com infraestrutura escassa, carência de equipamentos urbanos, serviços e dificuldade de acesso ao transporte urbano precário, fundamentais para o crescimento das APLs locais.

Assim, com essa análise os resultados da pesquisa em relação aos achados teóricos destacam-se a importância do planejamento regional, das políticas públicas e da intervenção governamental para o desenvolvimento de APLs. Além disso, destaca a necessidade de considerar fatores como a habitação social e o desenvolvimento urbano sustentável no desenvolvimento. Estas informações podem ser úteis para orientar futuras pesquisas e políticas nesta área.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esta dissertação tenha fornecido informações relevantes sobre o impacto das políticas de desenvolvimento nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiânia e em todo o Brasil, ainda há muitas áreas que exigem pesquisas futuras.

Em um primeiro momento, seria útil realizar estudos mais aprofundados sobre os fatores específicos que influenciam a formação e consolidação dos APLs em diferentes contextos regionais e setoriais. Isso poderia incluir uma análise mais detalhada das características específicas de cada território e setor, bem como das estruturas de governança local.

Além disso, seria interessante explorar mais a fundo a relação entre as políticas de desenvolvimento e outros aspectos do desenvolvimento econômico, como a inovação, a competitividade e a colaboração entre os atores locais. Isso poderia envolver a realização de estudos de caso em profundidade sobre APLs específicos, bem como a utilização de métodos de pesquisa quantitativos para analisar grandes conjuntos de dados.

Outra área que merece mais atenção é a avaliação do impacto das políticas de desenvolvimento nos APLs. Embora esta dissertação tenha fornecido uma visão geral do impacto dessas políticas, pesquisas futuras poderiam se concentrar em desenvolver métodos mais robustos e abrangentes para medir esse impacto.

Ainda, seria útil realizar pesquisas futuras sobre como as políticas de desenvolvimento podem ser otimizadas para maximizar seu impacto positivo nos APLs. Isso poderia incluir a identificação de melhores práticas, a avaliação de diferentes abordagens políticas e a exploração de novas ideias e inovações na formulação de políticas.

Embora esta dissertação tenha contribuído significativamente para a compreensão do papel das políticas de desenvolvimento na formação e consolidação dos APLs, ainda há muito a ser explorado neste campo. As pesquisas futuras nesta área têm o potencial de fornecer informações que podem ajudar a promover o desenvolvimento econômico sustentável em Goiânia e em todo o Brasil.

Esta dissertação buscou responder ao problema de pesquisa: “Como as políticas de desenvolvimento influenciam a formação e consolidação dos APLs em Goiânia e em todo o Brasil?”. Através de uma análise, conseguimos identificar vários fatores considerados indispensáveis na formação e consolidação dos APLs.

Os resultados da pesquisa mostraram que o planejamento estatal e as políticas de desenvolvimento regional tiveram um impacto significativo no desenvolvimento econômico local. Além disso, descobrimos que a participação dos APL em projetos e redes setoriais, bem como parcerias com instituições de ensino, capacitação, financiamento e promoção comercial, são elementos críticos que impactam positivamente a formação, desenvolvimento e consolidação desses arranjos produtivos locais nas diferentes regiões do país.

Além disso, a pesquisa revelou que as políticas de desenvolvimento têm um impacto significativo nos APLs de Goiânia. Elas ajudam a moldar o crescimento econômico, a competitividade e a colaboração entre os atores locais, e são fundamentais para promover o desenvolvimento local e regional.

No entanto, também identificamos vários desafios que os APLs enfrentam, incluindo a falta de coordenação entre os atores, a escassez de recursos e a resistência à mudança. Concluímos que é fundamental que as políticas de desenvolvimento sejam bem planejadas e implementadas de forma eficaz para superar esses obstáculos e promover o crescimento econômico sustentável.

Assim, esta dissertação contribuiu positivamente para a compreensão do papel das políticas de desenvolvimento na formação e consolidação dos APLs. As informações obtidas a

partir desta pesquisa podem ser úteis para orientar futuras pesquisas e políticas nesta área, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico sustentável em Goiânia e em todo o Brasil. Ainda assim, reconhecemos que há muito a ser explorado neste campo, e esperamos que esta pesquisa inspire estudos futuros sobre este importante tópico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José. Uma experiência de planejamento regional em Goiás. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 47-74, 1964.
- ALMEIDA, L. de A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 444–455, 2018.
- ANTERO, C. A. D. S. et al. Política Pública de apoio ao desenvolvimento de APLs uma análise do impacto em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, p. 61–73, jan. 2020.
- APLS BRASILEIROS. **APLS BRASILEIROS**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/apls-brasileiros>. Acesso em: 22 de maio de 2024.
- ARRAIS, T. A. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Revista Mercator**, v. 6, n. 12, p. 25-36, 2007.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **A economia de Salvador entre 2021 e 2030: tendências estruturais, análise conjuntural e resiliência setorial pós-pandemia**. Salvador, n. 19, jul. 2020. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BARBOSA, A. de S. Atuação pública e promoção da eficiência coletiva em arranjos produtivos locais: a experiência do polo industrial de Franca-SP. *In: Atuação pública e promoção da eficiência coletiva em arranjos produtivos locais: a experiência do polo industrial de Franca-SP*. São Paulo: Editora UNESP, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568334768>. Acesso em: 22 de maio de 2024.
- BARBOSA, R. N. de C. Arranjo produtivo local, política do espaço e flexibilização do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n. 125, p. 167-188, 2016.
- BARROSO, J. A; SOARES, A. A. C. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará. **Revista de Administração Pública** (Rio de Janeiro), v. 43, n. 6, p. 1435-1457, 2009.
- BORGES, et al. **Habitação social e desenvolvimento urbano sustentável: o caso da região metropolitana de Goiânia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- CAMPOS, A. C. de; VIGNANDI, R. S. Identificação e Avaliação das Ações Institucionais e Políticas Públicas com Foco nas Demandas do Arranjo Produtivo Local (APL) de Bonés de Apucarana no Estado do Paraná. **Textos de Economia**, v. 13, n. 1, p. 46-74, 2010.
- CANO, I. P. L. Política Industrial e Desenvolvimento: **O Papel do BNDS no Desenvolvimento Industrial Brasileiro**, 2014.

CARDOSO, F. M. C. B.; SOUSA, M. de M.; ARAÚJO, P. H. R. Redes Sociais e Difusão de Conhecimento em Um Arranjo Produtivo Local de Saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 7, n. 3, p. 207-219, 2018.

CARDOSO, M. R. N.; OLIVEIRA, Maria Macena de; ROSSIGNOLI, Marisa. Arranjos Produtivos Locais: Impacto das Políticas Públicas no Desenvolvimento Econômico com Enfoque de Gênero. **Interfaces Científicas - Direito**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 140–153, 2024.

CARVALHO, E. J. G. DE.; PIRES, D. DE O.. Arranjos de Desenvolvimento da Educação: da parceria público-privada à disputa pelo fundo público educacional. **Educar em Revista**, v. 36, p. e77538, 2020.

CASTRO, C. de S.; COSTA, G. W.; FINAMOR, L. **Avaliação de Impacto**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CASTRO, Sérgio Duarte de; ESTEVAM, Luis Antonio. **Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio**. Goiânia: Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, 2009a. (Relatório de Pesquisa, 01).

CASTRO, Sérgio Duarte de; ESTEVAM, Luis Antonio. **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado de Goiás e a Importância dos APLs no Fluxo de Comércio**. Goiânia: Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, 2009b. (Relatório de Pesquisa, 02).

CASTRO, Sérgio Duarte de; ESTEVAM, Luis Antonio. **Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas nos Estados: O caso do Estado de Goiás**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Economia, Centro de Pesquisas e Estudos Econômicos - CPE, 2009c. (Relatório de Pesquisa, 03).

CASTRO, M. de; GONÇALVES, S. A. Institutional context of reference and governance network: Study in local productive arrangements of Paraná state. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1281-1304, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121764>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

COSTA JÚNIOR, J. **Planejamento governamental: a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

DIAS, Flávio Martins; VIEIRA, Jeferson de Castro. Fatores determinantes para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Brasil: uma análise territorial das políticas e parcerias institucionais. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 6, p. 1-20, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.6-190

DUARTE, J. S. S.; MAHLER, C. R.; REZENDE, Wagner de Souza. Os efeitos das "novas centralidades" no espaço urbano de Goiânia. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2022, p. 60-73, 2022. DOI: 10.17271/23188472108120223352.

FERNANDES, V. R. V.; JESUS, C. M. de. Projeto Governo Cidadão e o enfoque em Arranjos Produtivos Locais: uma análise dos limites da abordagem no Rio Grande do Norte. **Redes**, v. 26, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.15070>.

FREIRE, Andréa Lucena; SILVA, Frederico Teodoro da; VIEIRA, Edson Roberto. Efeito-fronteira em Goiás: uma análise de seus impactos no comércio intranacional e internacional. **Redes**, v. 25, n. 2, esp., p. 2549-2567, 2020. doi: 10.17058/REDES.V25I0.15077.

GOIANIA. Lei Complementar nº 373, de 19 de janeiro de 2024. **Dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir prevista na Lei Complementar nº 349, de 4 de março de 2022, que instituiu o Plano Diretor do Município de Goiânia**, 2024a.

GOIANIA. Decreto nº 1.350, de 12 de abril de 2024. **Institui o Plano de Mobilidade Urbana de Goiânia - PlanmobGyn, o Conselho de Mobilidade Urbana de Goiânia - ComuGyn e o Observatório da Mobilidade Urbana de Goiânia – OmuGyn**, 2024b.

GOIÂNIA. **Marco regulatório urbanístico da cidade de Goiânia**, Goiás. Disponível em: <https://www.ufg.br>. Acesso em: 25 jul. 2024c.

GOIÂNIA (Município). Lei Ordinária nº 10.320, de 17 de janeiro de 2019. **Dispõe sobre o Arranjo Produtivo Local Moda Goiânia (APL Moda Goiânia)**. Goiânia: Portal da Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2019/lo_20190117_000010320.html. Acesso em: 29 ago. 2024.

GOIÂNIA (Município). **Anuário Estatístico de Goiânia 2013**. Goiânia: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, 2013. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2013/anuario.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GOIÂNIA (Município). **Lei Complementar nº 171, de 29 de Maio de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências. Goiânia: Portal da Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2007/lc_20070529_000000171.html. Acesso em: 30 ago. 2024.

GOIÂNIA (Município). **Lei Complementar nº 349, de 04 de Março de 2022**. Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências. Goiânia: Portal da Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2022/lc_20220304_000000349.html. Acesso em: 30 ago. 2024.

GOIÁS. Secretaria da Economia. Subsecretaria Central de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. **Plano Plurianual 2024-2027**. Goiânia: SE, 2023(a).

GOIÁS. Secretaria da Economia. **Projeto de lei do Plano Plurianual 2024-2027**. Goiânia: SE, 2023 (b).

GUIMARÃES, L. D. S. **Goiânia, a metrópole do sertão**: representações visuais da capital goiana na revista oeste. Urbana. 2018. doi: 10.20396/URBANA.V10I1.8651445.

IMB. **Relatório Conjuntural da Economia Goiana 2023** – março 2024. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2024. JACOMETTI, M. *et al.* Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de**

Administração Pública, v. 50, n. 6, p. 923-943, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612142712>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Cambridge: MIT, 1991.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**: redes de pesquisas em sistemas produtivos e inovativos locais – Redesist. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ, 2003.

LASTRES, et al.. Políticas para APLs: A Experiência do BNDES. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 10, Jul.-Dez.2024

LIMA, L. L. et al. Políticas públicas e desenvolvimento: uma proposta de modelo de análise. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. e20210048, 2021.

LINHARES, S. C. S.; CARRARO, A. Análise Setorial do Impacto da Política dos APLs no Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 23, n. 2, p. 37-59, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i2.7516>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da. A mensuração do potencial interno de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local: uma proposta de aplicação prática. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 541, p. 236-248, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/urbe.06.002.AC03>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

MARTINS DE OLIVEIRA, A.; AFONSO SELLITTO, M.; DE SOUZA FLORES, J. Impactos econômicos, sociais e ambientais da geração de energia eólica em comunidades do Rio Grande do Norte. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 107-119, 2022.

MARTINS, V. L. F. D. **Desenvolvimento regional e a infraestrutura logística**: projeto da plataforma logística multimodal do Estado de Goiás. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

MENDES, E. F. **Expansão urbana de Goiânia**: região Macambira/Cascavel – aspectos socioeconômicos e ambientais no setor Façalville - Goiânia/GO. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação Multidisciplinar, UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis – GO, Anápolis, 2009

MENDONÇA, F. M. de *et al.* Condicionantes Territoriais para a Formação, Desenvolvimento e Estruturação de Arranjos Produtivos Locais: Um Estudo Comparativo em APLs de Confecção do Estado de Minas Gerais. **Review of Administration and Innovation - RAI**, v. 9, n. 3, p. 231-256, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5773/rai.v9i3.913>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

MELO, Nélia Paula De; VIEIRA, Jeferson de Castro. Desenvolvimento Regional: um Estudo Baseado no Crescimento Econômico do Município de Aparecida de Goiânia. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 96–105, 2015. DOI: 10.17921/2448-2129.2015v16n2p96-105. Disponível em:

<https://revistajuridicas.pgsscogna.com.br/juridicas/article/view/3309>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MONTEIRO, Lúcia. **APLs se multiplicam em Goiás**. O Popular, Goiânia, 23 abr. 2023. Disponível em: <https://opopular.com.br/economia/apls-se-multiplicam-em-goias-1.1262752>.

MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, R. A co-evolução de empresas e instituições em arranjos produtivos locais: políticas públicas e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 2, p. 244-258, 2017.

MORAES, Sérgio de. **O empreendedor imobiliário e o estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

MOTA, Juliana Costa. **Planos Diretores de Goiânia, Década de 60: A Inserção dos Arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no Campo do Planejamento Urbano**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MOURA, L. D. C.; GUEDES, L. G. de R. Padronização Espacial da Expansão Urbana de Goiânia (1981-2020): Um enfoque sobre a região sudeste. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p.81196-81206, oct. 2020.

MURAD, Elisa Pereira; CAPPELLE, M. C. A.; ANDRADE, Daniela Meirelles. Mensuração e avaliação de impacto social de empreendimentos sociais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 3, p. 63-78, 2020.

NASCIMENTO, T. D. F.; OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Mapeamento do processo histórico de expansão urbana do município de Goiânia-GO**. *Geographia*. 2015, doi: 10.22409/GEOGRAPHIA2015.V17I34.A13715.

NATAL, Marcelo de Mello. **Goiânia e a conjunção de territórios, técnicas e trabalhos**. Élisée, 2022. doi: 10.31668/elisee.v11i02.13470.

NESTROVSKY, Felipe de Paula. **Aplicação de uma metodologia de valoração de impactos econômicos, ambientais e sociais de uma instituição financeira: resultados e reflexões sobre o processo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (OBAPL). **Identificação dos arranjos produtivos locais no Brasil**. Brasília: OBAPL, 2020.

OBSERVATÓRIO DA EPT. **Ferramenta de identificação e mapeamento de especializações produtivas**. Disponível em: https://lookerstudio.google.com/reporting/26ea5cf3-5d76-4d98-a9c0-4071052583a3/page/p_48mhiobinc. Acesso em: 30 set. 2024. Elaboração: Itaú Educação e Trabalho. Fonte dos dados: RAIS, 2022.

OLIVEIRA, M. F. DE.; MARTINELLI, D. P. **Desenvolvimento Local e Arranjos Produtivos Locais: uma revisão sistemática da literatura**. *Interações* (Campo Grande), v. 15, n. 1, p. 47–58, jan. 2024.

PAIVA, Pedro Henrique Baima. **Planejamento urbano em Goiânia: a câmera participante e um estudo pelas margens**. 2018. doi: 10.22456/1984-1191.85247.

PANORAMA. Panorama do Censo 2022. **Panorama do Censo 2022**. Em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARK EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A. Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - Mega Moda Park. Goiânia: Trilha Tecnologias Ambientais, 2018.

PDIG/Goiânia (1968): **A inserção da questão habitacional na metodologia urbanística de Jorge Wilhelm**. CIEC/UNICAMP, v. 6, n. 8, jun. 2014.

PIMENTEL NETO, J. G. *et al.* Desenvolvimento Local-Regional no Nordeste Brasileiro: Um Estudo Situacional do Arranjo Produtivo Local de Caprinovinocultura de Pernambuco. **Revista Contexto Geográfico**, v. 3, n. 6, p. 36, 2019.

POLGE, E.; TORRE, A.; PIRAUX, M. Governança dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), redes territoriais e proximidades na Amazônia brasileira: o caso do APL Goiaba no nordeste paraense brasileiro. **Confins: Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, n. 43, p. 2-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.24452>.

PORTER, M. **Vantagens competitivas das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Sistema de Fiscalização - SiFis. Goiânia: Prefeitura Municipal, 2024.

REBELO, Aline Calado. **A evolução do desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro: análise do declínio e retomada da economia fluminense**. 2011. Monografia (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Orientador: Prof. René Louis de Carvalho.

REZENDE, S. C. P. Expansão e fragmentação do território: Goiânia de cidade planejada à metrópole regional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, núm. Esp.1, pp. 22-42, 2019.

RESENDE, S.C.P. Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais. **Paranoá**, (33), pp.1–21. 2022

SACHS, J. D.; WARNER, A. **Economic Reform and the Process of Global Integration**. Bookings Papers on Economic Activity, 25th Anniversary Issue, 1995.

SACOMANO NETO, M.; ORIANI e PAULILLO, L. F. de. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública** (Rio de Janeiro), v. 46, n. 4, p. 1131-1156, 2012.

SALGADO, T. **Planejamento e regionalização: Análise dos Planos Plurianuais elaborados pelo Governo do Estado de Goiás entre 1999 a 2007**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS NETO, Alberto Abadia dos et al. **Uma proposta de relação sistematizada de Consultores Ad Hoc por categoria de Editais de fomento à pesquisa e inovação da FAPDF**. RP3, Universidade de Brasília, n. 01, 2024 (Edição especial).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SARACENI, A. V.; JUNIOR, P. P. D. A. Proposta Teórico-Conceitual de Desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 16, p. 91–111, 2012.

SCHLEMPER, A. L.; MARINI, M. J.; BERNARTT, M. D. L. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional: Diagnóstico dos APLs da Região Sudoeste do Paraná. **Redes**, v. 21, n. 1, p. 36-55, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i1.4749>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SEIXAS, F. H. de S.; SILVA, Cleomar Gomes da. Um estudo sobre o crescimento da receita pública e sua relação causal com a despesa no Estado de Goiás. **Ensaio FEE**, v. 37, n. 1, p. 187-216, 2016.

SILVA, A. B. da. A importância do Programa de Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (PAPL/AL) para o desenvolvimento local sustentável. **Economia Política do Desenvolvimento: Revista de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade**, Ufal, v. 3, n. 9, p. 111, 2012.

SILVA, C. E. L.; HEWINGS, G. J. D. A decisão sobre investimento em capital humano em um arranjo produtivo local (APL): uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, p. 67-79, 2010.

SILVA, S. A. da. **A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. p. 1-52.

SILVA, F. F.; FEITOSA, M. G. G.; AGUIAR, V. do S. Uma Reflexão Sobre as Relações de Parceria nos APLs de Confecções do Agreste Pernambucano Como Elemento Disseminador da Inovação em Redes Interorganizacionais. **Ram Revista de Administração Mackenzie**, v.13, n. 4, p. 206-235, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-69712012000400009>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

SOLDANO GARCEZ, Gabriela; VICENTE, M. B. C. **The statute of the city and the master plan: instruments for sustainable cities**. 2018. doi: 10.17768/PBL.Y3.N3-4.P342-357.

SOUZA, Fábio de; COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. Os períodos históricos da produção e apropriação do solo urbano em Goiânia (GO). **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 94-101, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.82851>.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção Governance structures in local productive systems. **Gestão & Produção**, v. 14, n. 2, p. 425-439, 2007.

TODARO, M. P., & SMITH, S. C. **Economic Development**. 12th ed. Harlow: Pearson, 2015.

TEIXEIRA, F.; FERRARO, C. A. **Aglomeraciones productivas locales en Brasil, formación de recursos humanos y resultados de la experiencia CEPAL-SEBRAE**. Cepal.

THISSE, J.F. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

VALERIANO, Carlos Santos; MARTINS, Camila; GOULART PINTO, Gêssica Carolina; DOMINGOS, Luiz Felipe. **Estabilidade e interesse público**: os impactos da reforma administrativa no Serviço Público Brasileiro. Portal Jurídico Investidura, 11 de setembro de 2023

VICENTE, Francisco José; MOSANER, Marcelo; FABIANI, Paula Jancso; CAMELO, Rafael; REBEHY, Sofia. **Avaliação de Impacto Social – metodologias e reflexões**. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-de-impacto-social-metodologias-e-reflexoes>.

VIEIRA, J. DE C.. Desafios e Perspectivas dos APLs de Segunda Geração. **Mercator** (Fortaleza), v. 16, p. 16e005, 2017.

VIEIRA, E. L. L. Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás (1961-1964) do Governador Mauro Borges Teixeira: Uma experiência de planejamento em Goiás. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas**, 2013.

VIEIRA, Jefferson de Castro. **Planejamento em Goiás**: uma reflexão do Plano Mauro Borges. 2011. doi: 10.18224/EST.V39I1.2361.

VIGNANDI, R. S.; NETO, A. R.; ABRITA, M. B. A política dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e seus condicionantes socioeconômicos em regiões periféricas como o Brasil. **Confins: Revue Franco-Brésilienne de Géographie**, n. 44, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.19470>. Acesso em: 22 de maio de 2024.

VILLAYERDE, J.; REGO, J. M.. O Novo Desenvolvimentismo e o desafio de 2019: superar a estagnação estrutural da economia brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 1, p. 108–127, jan. 2019.

WILHEIM, J. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia**. Goiânia: PMG, 1969.